UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

DANIELA STRASSER SANTOS

OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES RURAIS FRENTE A DESARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO NORTE-MA

São Luís

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

DANIELA STRASSER SANTOS

OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES RURAIS FRENTE A DESARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO NORTE-MA

São Luís
2023

DANIELA STRASSER SANTOS

OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES RURAIS FRENTE A DESARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO NORTE-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

São Luís

2023

Santos, Daniela Strasser .
Os Desafios dos trabalhadores rurais frente a desarticulação da Política de Desenvolvimento Territorial no Município de Miranda do Norte - MA./ Daniela Strasser Santos – São Luís, 2023.

100f.

Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR) - Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr.José Sampaio de Mattos Júnior

1.Território 2.Políticas públicas. 3. Agricultura familiar. 4.Política de desenvolvimento territorial . I.Título.

CDU: 631.5(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

DANIELA STRASSER SANTOS

OS DESAFIOS DOS TRABALHADORES RURAIS FRENTE A DESARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO NORTE-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em: 29/09/2023

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR
Data: 05/03/2024 11:03:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior (Orientador)

Doutor em Geografia

Universidade Estadual Paulista

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSIRENE MARTINS LIMA
Data: 17/01/2024 17:39:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Rosirene Martins Lima (Avaliadora Interna)

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Universidade Estadual do Maranhão

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURICIO FERREIRA MENDES
Data: 29/12/2023 13:31:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes (Avaliador Externo)

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Goiás

Aos meus pais, Chiane Maria Strasser e José De Sordi da Silva, pela oportunidade de estudar e me desenvolver intelectualmente.

Aos meus irmãos, Denise e João Pedro Strasser pelo amor e cuidado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao balizador neste globo terrestre, Mestre Irineu Serra, que assumiu a condição humana para replantar a Santa Doutrina iniciada por Jesus Cristo e, que agora, governa do alto do seu império Juramidam todos os seres do planeta terra.

À Rainha da Floresta. Ao patriarca São José. E, a todos os seres divinos da Corte Celestial, meus sinceros agradecimentos pela força divina que me conduz neste plano terreno.

Aos meus ancestrais que me alimentam com sua força do astral a caminhar os passos do amor, justiça, harmonia e a verdade.

Aos meus avós Odilo Strasser e Antônio dos Santos (*in memoriam)*. Às minhas avós Tereza Strasser e Maria Luiza da Silva. Meu profundo agradecimento por ter deixado um legado de compromisso social que me conduziram ao melhor caminho.

À minha mãe, Chiane Maria Strasser, pela abdicação, dedicação, confiança, amor, afeto e incentivo a ser melhor, mais forte, confiante e por todos os conselhos e orientações. Agradeço por seu suporte incansável e cuidado nos momentos mais difíceis, pelas trocas sobre a vida, política, amizades. Agradeço profundamente e guardo na memória todos as vezes que esteve comigo.

Ao meu pai, José de Sordi, por não medir esforços para criar os seus filhos, pela dedicação incansável ao seu trabalho para dar o melhor a mim e aos meus irmãos. Pelo exemplo de trabalho e esforço e incentivo nos estudos.

Aos meus irmãos, Denise e João Pedro Strasser, pela companhia, conversas, amor, cuidado e afetos. Pelo suporte e incentivo e, sobretudo, por acreditarem que sempre posso ir mais longe.

À irmandade do Santo Daime, esta luz que clareia meu espírito e que dá força para seguir o caminho da espiritualidade com humildade e fé. Em especial, a Maria Serra e dona Otília de Souza, pessoas que foram e são de fundamental importância para meu crescimento espiritual e social. Aos amigos daimistas, Ingrid Campello, Karine Fernandes, Livia Oliveira, Giselle Menezes, pelas trocas, confiança e amor na caminhada terrena.

Ao meu amigo, Ismaylli Rafael dos Santos. Amizade de quase uma década, onde trocamos experiencias de pesquisa, trocas e conselhos sobre a vida. Agradeço pelo suporte nos momentos difíceis, pela ajuda na pesquisa e pelas trocas bibliográficas.

Agradeço à Eloisa Neves Oliveira, por todo suporte durante o processo seletivo do mestrado, pelo incentivo a continuar acreditando na possiblidade de ingressar em um programa de mestrado e pelo companheirismo de anos.

Aos amigos de mestrado da turma de 2021.1. Agradeço o encorajamento quando o medo habitava os corações e agradeço a troca durante as aulas.

Ao Jorrimar Aquino, pela amizade e apoio durante esses anos de mestrado.

À Marilene Oliveira, Marina Azevedo e à Diogo Cabral. Amigos que tenho muita admiração e apresso e que foram pessoas importantíssimas nesta jornada. O suporte e auxílio nas pesquisas, parcerias de publicações e escuta das angústias, que por vezes foram insistentes. Vocês deixaram esse momento mais leve.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Dinâmicas Territoriais (GEDITE). Grupo que contribuiu para meu aperfeiçoamento na pesquisa cientifica. Em especial a Leiliane Seguins, pelo suporte acadêmico, pelas conversas e parcerias de publicações.

Ao meu professor e orientador, José Sampaio de Mattos Júnior, pela confiança, suporte e apoio acadêmico. Não mede esforços para que seus alunos alcancem a excelência profissional, mas para além, incentiva sermos seres humanos melhores através do desenvolvimento na pesquisa cientifica.

Ao programa de mestrado, PPDSR e a todo o corpo técnico e de professores que incansavelmente desenvolvem pesquisas e contribuem para o desenvolvimento do estado do Maranhão. Em especial, professora Zulene Muniz Barbosa, que nos apoia e incentiva a participar e organizar eventos científicos. Muito obrigada.

À Elizete, que compõe o corpo técnico do PPDSR, agradeço imensamente pelo apoio e dedicação aos discentes do programa.

À Federação Dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão- FETAEMA em nome da Ângela Silva (presidenta). Pela oportunidade de contribuir dentro do movimento sindical as experiencias trazidas da academia. Agradeço o suporte e incentivo à produção da dissertação. Sem a sua sensibilidade para que a escrita pudesse ser feita não teria sido possível.

À FAPEMA e à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado. Sem o apoio financeiro essa pesquisa não seria possível de ser realizada.

Não menos importante, agradeço imensamente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte-MA. Agradeço na pessoa de Maria Graciete e Narlene à recepção e concessão de entrevistas e conversas para melhor compreender o campo empírico da pesquisa.

À Dona Luzia, trabalhadora rural da comunidade Pindoval, pelo suporte desde a iniciação científica. Suas falas e experiências de organização social e justiça social foram importantes para condução da pesquisa.

“Qualquer um que saiba alguma coisa da história sabe que grandes mudanças sociais são impossíveis sem o fermento feminino”

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho, aborda a temática das políticas públicas para o desenvolvimento territorial através da ação nos chamados Programas de Territórios Rurais. O Maranhão é constituído por oito territórios, no qual o Território Vale do Itapecuru será abordado com campo empírico Miranda do Norte. Através de teóricos que discutem temas relevantes como a discussão sobre território e questão agraria e trazer a discussão sobre o desmonte das políticas públicas, seus processos de desencontros e desarticulações culminam no abandono dos trabalhadores ruais que ficam à mercê da insegurança alimentar. Tem por objetivo analisar os desafios da comunidade inserida nos projetos produtivos implantados a partir da Política de Desenvolvimento no município de Miranda do Norte no Estado do Maranhão. O trabalho em desenvolvimento analisa também os desafios dos trabalhadores rurais diante as desarticulações das políticas públicas e as consequências para a agricultura familiar no município de Miranda do Norte. A pesquisa versa sobre as resistências que a comunidade tem em relação ao desmonte da política de desenvolvimento territorial através dos projetos produtivos Agroindústria de Farinha e Fábrica de Ração e quais os processos de organização social que se desenvolveu para que suas atividades e seu modo de vida não fossem desmobilizados.

Palavras-chave: território; políticas públicas; agricultura familiar; política de desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

The present work, which is still under construction, addresses the theme of public policies for territorial development through action in the so-called Programas Territorios da Cidadania. Maranhão consists of eight territories, in which the Territorio Vale do Itapecuru will be approached with an empirical field Miranda do Norte. Through theorists who discuss relevant topics such as the discussion on territory and agrarian issue and bring the discussion on the dismantling of public policies, their processes of disagreements and disarticulations culminate in the abandonment of street workers who are at the mercy of food insecurity. It aims to analyze the challenges of the community inserted in the productive projects implemented from the Política de Desenvolvimento Territorial in the municipality of Miranda do Norte in the State of Maranhão. The work in development also analyzes the challenges of rural workers in the face of the disarticulation of public policies and the consequences for family farming in the municipality of Miranda do Norte. The research deals with the resistance that the community has in relation to the dismantling of the territorial development policy through productive projects Agroindustria de Farinha and Fabrica de Ração and what processes of social organization developed so that their activities and their way of life were not demobilized.

Keywords: territory; public policies; family farming; territorial development policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto Fábrica de Ração - 2018..... 62

Figura 2 – Local que receberia a Agroindústria de Farinha em 2010..... 69

Figura 3 – Casa da Dona Luzia de Pindoval.....72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Territorios da Cidadania no Brasil 42

Mapa 2 – Mapa do Território Vale do Itapecuru.....57

Mapa 3 - Mapa de Localização de Miranda do Norte……65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vertentes utilizadas por Haesbaert sobre Território..... 36

Quadro 2 – Quadro ministerial e de secretárias para compor o Programa Territórios da Cidadania 2008..... 43

Quadro 3 – População Urbana e Rural dos municípios do Território Vale do Itapecuru.....58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Registro de agrotóxicos liberados no Brasil entre 2000 e 2021..... 53

Gráfico 2 - Gráfico da área plantada de Mandioca por hectares.....66

Gráfico 3 – Quantidade Produzida em toneladas de Mandioca.....67

LISTA DE SIGLAS

PDT	Política de Desenvolvimento Territorial
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PT	Partidos dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
IDH	Indice de Desenvolvimento Humano
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
MMA	Ministério do Meio Ambiente
BB	Banco do Brasil
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MAP	Ministério de Agricultura e Pecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
OS (DES) CAMINHOS E AS DESARTICULAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL 25
1.1 Antecedentes históricos das políticas públicas voltadas para zona rural no Brasil 26
1.2 Superação do enfoque setorial para promulgação de políticas públicas de cunho territorial 31
1.3 A Política de Desenvolvimento Territorial 39
2 OS FILHOS ORFÃOS DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 47
2.1 As consequências do desmonte das políticas públicas e os efeitos na agricultura familiar 48
2.2 As desarticulações da Política de Desenvolvimento Territorial no Maranhão 55
3 O INICÍO E O FIM DE UM SONHO: OS PROJETOS PRODUTIVOS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM MIRANDA DO NORTE-MA 62
3.1 Os desafios dos trabalhadores rurais e a luta pela agricultura familiar no povoado Pindoval 63
3.2 As várias resistências das comunidades inseridas nos projetos produtivos em Miranda do Norte-MA 70
3.3 Pensando uma velha política sob novas perspectivas: quais os caminhos? 74
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 78
REFERÊNCIAS 81

1 INTRODUÇÃO

Histórico da pesquisa

O Brasil é um país de tamanho continental que contém inúmeros problemas na distribuição de renda e acesso as políticas públicas mais eficazes. A problemática atinge, majoritariamente, aqueles que vivem as margens da sociedade, e que dependem de programas de assistência social, como Bolsa Família para sobreviver.

Apesar, de não ser um país pobre e com inferioridades econômicas como alguns outros do sul global, é um território tomado por desigualdades sociais e econômicas[1]. Nesse cenário, desigual e por vezes arbitrário é que o presente trabalho se concentra, no qual será feito um esforço em abordar as temáticas de políticas públicas para o campo, que historicamente sofre com os abusos da classe elitista e latifundiária, herdadas, ainda, do tempo da colonização.

As sucessivas crises no campo agrário e as lutas de classe são temas atuais e que exigem olhares esforçados para compreender os vários enredos que ora se cruzam, ora se afastam, mas que sempre estão próximas.

O ponto de partida desta pesquisa apresenta como embasamento os estudos propostos por Mattos Júnior (nos anos de 2010 e 2016) voltados à temática de encontros, desencontros e descontinuidades institucionais no âmbito de políticas de desenvolvimento territoriais especificamente no Território Vale do Itapecuru. Desta forma, traz uma discussão direcionada para o rural maranhense levando em consideração a compreensão do território, aplicabilidade de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e demais atores sociais atuantes nesse território.

O desenvolvimento do trabalho, iniciado em 2016, se deu em duas fases da pesquisa de iniciação cientifica. Em 2016/2017 o projeto de pesquisa teve como escopo de atuação os Territórios Rurais como o **Território Vale do Itapecuru** e tinha por necessidade a compreensão e análise dos projetos no município de Itapecuru Mirim e em 2017/2018 com a identificação de projetos produtivos com apoio da Política de Desenvolvimento Territorial em Miranda do Norte.

[1] Ver Barros *et al* "Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável". Disponivel em: <SciELO - Brasil - Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável>

Dentro da ótica de perceber os descaminhos e desarticulações de uma política específica, as políticas de desenvolvimento territorial, foram identificados processos complexos entre os beneficiários e assistência técnica, ou a falta dela, e prefeituras.

Esse emaranhado de situações possibilitou, posteriormente, compreender que os trabalhadores rurais necessitam mais que uma política pública, é necessário mecanismos que engendrem dinâmicas de sucessões naquela determinada atividade, apoio no que concerne assistência técnica, e mais importante, uma rede que interaja com as atividades ali desenvolvidas e que possam de fato alavancar suas possibilidades e relações com outros territórios.

Percorrer os meandros das políticas públicas no meio rural tem sido papel desafiador, tanto para quem opera essa política, leia-se Estado, quanto quem se beneficia dela, haja vista que, entre o *pensar* e o *realizar* constitui-se um caminho longo a ser percorrido.

A partir dos esforços dos movimentos sociais no final da década de 1980, as lutas por uma nova política se desenham no cenário nacional, não somente fazer a política como um meio de aproximação social de Estado à população, mas a inserção dos movimentos (quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, dentre outros) num ambiente de discussões políticas.

Nesse esforço de redefinir a relação entre Sociedade e Estado surgem os primeiros moldes, do que viria a ser mais tarde as criações de políticas públicas, não somente de fomento econômico, mas como reconhecimento dos sujeitos enquanto resistência. Essa relação entre estado e sociedade tornou-se um divisor na forma de conduzir as políticas, operando assim nos princípios básicos para aplicação delas, como planejamento e execução.

A política de desenvolvimento territorial durante o governo Lula ganha mais força partir de 2003, na tentativa de superar o enfoque setorial, que excluía outros seguimentos sociais e que, predominantemente, esse enfoque era de cunho econômico e de caráter hegemônico.

Esse olhar territorial que o governo passa a incorporar na sua pasta de atuação, reconhece a multidimensionalidade do território nacional e as diferenças nos modos de vida de cada indivíduo enquanto ser que vive em comunidade. (IICA, 2010)

Com o objetivo de trazer o desenvolvimento local, diminuir as desigualdades sociais, potencializar os territórios, redefinir o entendimento de sustentabilidade, aproximar o diálogo entre diferentes formas de existência, mas que se reconhecem como sujeitos e vivem sob diferentes modos de produção, cultura e atividades cotidianas.

É nessa perspectiva que se enquadra o município de Miranda do Norte – MA que está inserido na região do Território Vale do Itapecuru, território que compartilha modos de

produção, formas de vida, auxiliam no processo perpetuação da natureza (agentes sustentáveis) compartilham também suas singularidades.

Em 2020 a população da zona rural em Miranda do Norte-MA era de 4.908 habitantes conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A região de Miranda integra o chamado Programa de Territórios da Cidadania (PTC) que visa diminuir a desigualdade no meio rural e universalizar diferentes programas como projetos de infraestrutura e serviços e que potencializem suas ações.

Fomentar projetos para as comunidades vai além de receber os benefícios dos recursos públicos para a produção, por exemplo, eles são importantes para o cenário do país e a responsabilidade social, cultural e sustentável que possuem.

Assim, é importante ressaltar a importância de se operar uma política de baixo para cima, ou seja, primeiramente observar as necessidades dos sujeitos que irão se beneficiar delas e em forma escalar chegar ao topo. Além de que ao operar a política com esse propósito também consegue-se aprimorar o apoio técnico promovendo ao mesmo tempo o chamado desenvolvimento social, redução da vulnerabilidade econômica e fortalecimento entre os territórios.

A partir disso, tornam-se necessários estudos de acompanhamento das políticas territoriais que nos auxilie na compreensão e análise dos projetos produtivos implantados em Miranda do Norte, objeto de estudo desta pesquisa.

A problematização do trabalho foi identificada a partir das indagações, quando se escrevia o projeto para submissão no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, quando se questionou “Quais os desafios que os trabalhadores rurais têm em relação ao processo sucessivo de desmonte, descontinuidade e desarticulação que a política territorial, ou seus aplicadores, causa diante seu modo de vida e continuidade de suas atividades agrícolas?’.

Não se tem a pretensão de apontar os motivos da política ali está certa ou não, mas ao observá-la e analisá-la certamente algum tipo de panorama será evidenciado, e uma pergunta iminente poderá ser feita: Essa política serve para quem e como é operada? Com esses pontos levantados, podemos pensar agora no método que guiará a pesquisa.

A aplicação do método acarreta a inserção do sujeito como agente e sua busca pelo seu lugar no mundo, sua verdade e como quer ser visto, já que se percebe que a cada momento o indivíduo se reinventa e cria possibilidades de se expressar como ser social.

Assim, a pesquisa terá suporte do método Materialismo Histórico-Dialético, sua escolha pauta-se no entendimento em como houve a formação, as primeiras formas existência,

modo de vida, relações de produção que são submetidos, e qualquer outra definição que consiga expressar a vida e maneira de estar no mundo dos trabalhadores rurais.

As condições do passado são reflexos para o que enxergamos, socialmente falando, as relações de poder, as relações de produção, sem pretensões de reduzir o materialismo histórico a unicamente um segmento que está incorporado no capitalismo, o econômico.

Para além, é preciso compreender em que contextos está inserida determinados indivíduos, grupos, organizações, que forças temos e de que tipo. Temos Gil (2008) quando diz:

> Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados. [...] A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 22:14).

No esforço de conduzir a pesquisa no viés teórico com os referenciais que balizam a pesquisa, trazemos conceitos como território, questão agrária, política de desenvolvimento territorial.

Conforme Mattei (2014, p.73) o autor retrata a importância que as políticas públicas têm para o meio rural, que não seria um veículo somente econômico para o país, mas também na "valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra".

De acordo com Schneider (2004, p.94), o desenvolvimento com enfoque territorial possui elementos-chave como "a erradicação da pobreza, o protagonismo dos atores sociais juntamente com sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental".

A priori, trataremos do conceito norteador da Política de Desenvolvimento Territorial, o Território. Segundo Raffestin (1993) o território se constitui a partir de uma outra categoria, a do espaço, ou seja, o espaço é anterior ao território e que se estabelece como sendo um "agente" histórico.

E esse agente histórico está contido dentro de redes e diferentes identidades e ao pensar nas variadas maneiras de constituir o território compreendemos que para além do processo de organização espacial como mera distribuição populacional, mas como elementos

que una o que Saquet (2005) aborda: o espaço, tempo, o próprio território, a economia e a cultura.

Percebemos as singularidades que cada território vivencia e experimenta e como ele se torna um espaço de mobilização, luta político-cultural e de enfrentamento aos agentes hegemônicos. Saquet (2005) traz o apontamento nos seus estudos, de que o território contém poder, apropriação e dominação, mas que para além dessa condição o território é a expressão *do outro lado*, a resistência, ou seja, não há somente dominação e subordinação, mas, têm insurgências, mobilizações e contra movimento para se reafirmar como um local de luta social.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é analisar os desafios dos trabalhadores rurais inseridos nos projetos produtivos implantados com apoio da Política de Desenvolvimento no município de Miranda do Norte no Estado do Maranhão, bem como identificar a relação entre os beneficiários e os projetos produtivos no município e verificar a trajetória dos projetos produtivos implantados com apoio da Política de Desenvolvimento Territorial.

As seções deste trabalho estão divididas em quatro partes, contendo Introdução e mais três capítulos norteadores do trabalho. O primeiro capítulo intitulado **"Os (des) caminhos e as desarticulações das políticas públicas rurais no Brasil"** tem como objetivo central trazer para o leitor a discussão acerca das políticas públicas voltadas para o rural. Com histórico da questão agrária fator que influenciou nas tomadas de decisões e promulgações de políticas específicas e como esse caminho traçou estratégias para criação de políticas mais incisivas no campo como a abordagem territorial para se pensar o desenvolvimento no campo.

Este capítulo adquire um caráter introdutório do objeto de pesquisa que se pretende construir durante os próximos capítulos. Nesse sentido, é necessário conduzir os itens numa sequência que perpasse pelos antecedentes históricos das políticas desde as reinvindicações sociais pós regime de ditadura militar a adoção de uma nova perspectiva para zona rural, como as políticas territoriais sob "comando" do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial durante o primeiro mandato de Luís Inacio Lula da Silva, em 2003.

Ainda nesse capítulo serão aprofundadas discussões sobre território, questão agrária, agricultura familiar já levantados na introdução. Os autores que serão utilizados têm em sua trajetória o debruçar nas questões agrárias, políticas públicas e abordagem do território como **Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Bernardo Mançano, Rogério Haesbaert.**

O capítulo dois **"Os filhos órfãos do ministério de desenvolvimento agrário"** permeia pela criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e sua queda em 2016 e como essa extinção ministerial causou inúmeras desarticulações das políticas na zona rural.

Neste espaço será evidenciado o Território Vale do Itapecuru, território que engloba 10 municípios e como as descontinuidades dos projetos produtivos do território mostra a fragilidade de uma política que não teve em seu percurso de atuação uma base solida onde inúmeros projetos de diferentes municípios adquiriram em comum paralisações em obras, falta de assistência técnica, desarticulação entre poder público.

Os dados quantitativos de sites oficiais como IBGE, e dados dos cadernos territoriais do MDA serão bases também para discussão. Teremos o aporte teórico que auxiliará nessa parte do trabalho Catia Grisa, Sergio Pereira Leite e Gabriela Perin que nas suas temáticas abordam sobre o desmonte e desestruturação de políticas públicas

A abordagem do capítulo três sob título de **"Início e o fim de um sonho: os projetos produtivos como instrumento de desenvolvimento territorial em Miranda do Norte-MA"** serão pautados na discussão do campo empírico da pesquisa que é Miranda do Norte e os trabalhadores rurais que foram/seriam beneficiadas pelos projetos a partir da política de desenvolvimento territorial.

A construção e idealização dessa política em Miranda teve início em meados de 2008/2010 onde, a partir, das incidências propostas pelo colegiado definiram os projetos necessários para as demandas do município. O capítulo propõe repensar as políticas territoriais, haja vista que, agora estamos em um novo governo federal e a retomada do Ministério de Desenvolvimento Agrário é estratégico para averiguar as descontinuidades de diferentes políticas para o meio rural.

Se fará necessário trazer dados sobre produção agrícola para compreender os projetos produtivos implantados em Miranda do Norte a utilização do Sistema de recuperação automática (SIDRA) será fundamental para entender a dinâmica assim como discorrer as falas potentes dos trabalhadores rurais sobre a realidade. Trazendo os elementos metodológicos dessa parte da pesquisa que são as entrevistas, aplicações de questionário e a sistematização dessas informações para construção do capítulo. E os elementos teóricos versará sobre os autores como Sodré, Mattos Júnior e Ariane Costa.

O caminhar metodológico e seus desafios

Segundo Minayo (2012, p. 622) "fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente". Portanto, torna-se imprescindível a escolha de métodos e técnicas para que o desenvolvimento da pesquisa.

A aplicação do método acarreta a inserção do homem que busca o seu lugar no mundo, sua verdade e como quer ser visto, já que se percebe que a cada momento o indivíduo se reinventa e cria novas possibilidades de se expressar como ser social, conforme Damiani (2014, 78) "o homem, ou o ser humano, não é um fato dado, pronto, acabado, que sempre esteve presente do mesmo modo, ao longo de toda a história."

Conforme Gil (2008), ao se apropriar do materialismo histórico e dialético se percebe como os arranjos sociais, que inclui os beneficiários dos projetos produtivos e governo nesta pesquisa, são transformados ao longo dos anos, sendo importante acompanhar processos e estratégias.

Compreender como os trabalhadores rurais existem independente da política ali aplicada, mas também analisar quais os impactos que elas causam no seu modo de reprodução social, econômico, cultural.

Neste sentido, a proposta da pesquisa não se limita e não tem a intenção de apontar erros e acertos, mas como analisar, verificar, compreender os projetos em Miranda do Norte – MA são necessárias para que haja aperfeiçoamento das políticas públicas não somente no município, mas para além do território inserido, no âmbito nacional, e assim propor reconfigurações pertinentes que favoreça essa classe.

O que leva a analisar a pesquisa de forma qualitativa pois concorda-se que não há um único modelo para desenvolvimento de uma pesquisa segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) que em seus estudos discute sobre a minucia "de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defendem um modelo único de pesquisa para todas as ciências".

Na ótica da abordagem qualitativa alguns pontos foram necessários para que haja melhor ordenamento e organização do projeto a ser desenvolvido. Assim, Fonseca (2002, p. 32), nos reporta a importância da pesquisa bibliográfica pois ela é a base para o arcabouço teórico "a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos".

As leituras acerca das políticas públicas, territórios, questão agrária, desmonte das estruturas sustentadores de classe trabalhadora da zona rural foram importantes para condução da pesquisa. Proporcionando para a pesquisa o embasamento teórico conceitual de autores que discorrem sobre a temática fazendo uso de fontes de pesquisa primária, no qual irá dispor de conteúdos originais como a utilização de relatórios técnicos, projetos de estudo que estão em curso, dissertações.

Além desta, a pesquisa, contou com acesso de fonte de pesquisa secundária tendo como meios de se realizar através de manuais disponibilizados em sites que realizam pesquisas oficiais, artigos de revisão, livros científicos.

A pesquisa de campo segundo Fonseca (2002) configura um aspecto importante uma vez que existe um elo entre as demais formas de pesquisa e é por meio dela que será realizado as entrevistas .como meio de se ter contato direto com os beneficiários dos projetos produtivos e as observações necessárias para coleta de informações.

O trabalho de campo traz a realidade crua, já que por meio de observações prévias percebe o que de fato acontece *in locus* e facilita o encontro do pesquisador com a sua área de atuação, aqui torna-se um ponto pertinente pois ao adentrar a realidade do que foi proposta no estudo o cientista com seu olhar neutro precisará de atenção no que diz respeito a aplicação de seu material e como será redigido, tabulado e publicado o que foi observado em campo.

Assim, dentre o universo de campo realizado ao longo da pesquisa, iniciada ainda na iniciação científica, temos mais de dez campos realizados, o que possibilitaram à aplicação de entrevista semiestruturada e escuta ativa. A entrevista semiestruturada é um compilado de informações em que se combinam perguntas tanto abertas quanto fechadas (BONI e QUARESMA, 2005).

Ainda, a entrevista aberta se faz oportuna, pois promove o contato direto entre o entrevistador e o entrevistado sendo eles os beneficiários diretos e indiretos dos projetos produtivos, os sindicalistas e lideranças rurais. Dentre as conversas e entrevistas aberta e semiestruturada, dar-se-á destaque à lavradora da Comunidade de Pindoval, Dona Luzia como é conhecida. Lider do Clube de Mães São Miguel e articuladora do movimento das trabalhadoras do campo da comunidade.

Torna-se uma figura importante para pesquisa, pois sua trajetória de vida é imbricada as lutas do campo onde sempre morou, Pindoval, comunidade nascida na beira da BR 222 devido aos movimentos migratórios e pontos de passagem de pessoas que cruzavam o Maranhão.

Sua relação com a terra e o território é uma simbiose de trocas e aplicação da metodologia de entrevista – semiestruturada e aberta – possibilitaram adentrar nas camadas sociais que vive, não somente Dona Luzia, mas como os demais entrevistados. Por ser uma referência dentro da comunidade, a entrevistada nos entrega uma rica demonstração das práticas de vida, do dia a dia e a sua relação com a natureza, onde não está unicamente ligada a exploração dos recursos naturais para viés econômico, mas um testemunho de que as práticas

sustentáveis, ligadas a consciência que possui de que sua luta é um símbolo de esperança e influência para os demais moradores e trabalhadores rurais.

Foram entrevistadas oito pessoas entre representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte (STTR): Secretários de Política Social, de Meio Ambiente, Mulheres e Jovens e Diretoria do STTR.

As entrevistas são com agricultores familiares, vindos de lugares diferentes de Miranda do Norte, mas em comum, além das atividades rurais, pessoas que se comprometem com a luta sindical e organização do espaço rural de Miranda.

A trajetória e escolha do corpo diretor do STTR foi uma maneira relevante de contar a trajetória da política de desenvolvimento territorial no Território Vale Itapecuru, pois o STTR adquire uma significância para sua compreensão e estrutura. E, ao entrevistá-los a pesquisa constata que, sem a luta dos trabalhadores rurais e suas reivindicações, pressionamentos e organização e formação social, não há política pública.

A motivação para este caminhar metodológico vem da necessidade de compreender e analisar como estão estes trabalhadores rurais que foram desarticulados dentro de uma política que tinha com um eixo principal alavancar as potencialidades dos territórios – e evidentemente perpassa na concepção de que é necessário fortalecer a comunidade, ou seja, os próprios trabalhadores.

Diante a motivação explicita, espera-se, não uma fórmula pronta dos desafios, mas que possamos experenciar as múltiplas relações de caminhos, descaminhos, observar e fazer análise crítica das descontinuidades e desencontros tanto dos trabalhadores quanto da própria política.

OS (DES) CAMINHOS E AS DESARTICULAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL

O capítulo tem como objetivo central trazer para o leitor a discussão acerca das políticas públicas voltadas para o rural. Com histórico da questão agrária fator que influenciou nas tomadas de decisões e promulgações de políticas específicas e como esse caminho traçou estratégias para criação de políticas mais incisivas no campo como a abordagem territorial para se pensar o desenvolvimento no campo.

Este capítulo adquire um caráter introdutório do objeto de pesquisa que se pretende construir durante os próximos capítulos, desdobrando-se em camadas que facilitará ao leitor a compreensão sobre o objeto de estudo da pesquisa.

Nesse sentido, é necessário conduzir os itens numa sequência que perpasse pelos antecedentes históricos das políticas desde as reinvindicações sociais pós regime de ditadura militar a adoção de uma nova perspectiva para zona rural, como as políticas territoriais sob "comando" do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial durante o primeiro mandato de Luís Inacio Lula da Silva, em 2003.

Ainda nesse capítulo serão aprofundadas discussões sobre território, questão agrária, agricultura familiar já levantados na introdução. Os autores que serão utilizados têm em sua trajetória o debruçar nas questões agrárias, políticas públicas e abordagem do território como **Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Bernardo Mançano, Rogério Haesbaert.**

1.1 Antecedentes históricos das políticas públicas voltadas para zona rural no Brasil

As desigualdades rurais no Brasil sempre existiram e é um desafio ainda a ser superado pelo Estado brasileiro. Discutir sobre a Questão Agrária Brasileira [2] possibilita a compreensão desse histórico problema no Brasil e é de fundamental importância analisarmos em qual contexto que se fundamenta o tema agrário no território nacional e como ele determina as próximas tomadas de decisões e formulações de políticas públicas para as zonas rurais em diferentes períodos e localizações.

A discussão não se limita as conceituações utilizadas por diferentes autores tão pouco é um assunto fadado a se esgotar. A questão agrária é um processo histórico e dinâmico, está acontecendo agora e irá acontecer amanhã**.** E, ela envolve desde questões sociais, ambientais à políticas relacionadas à produção agrícola e de distribuição de terras nas zonas rurais.

Para Delgado (2014) ao falar da questão agrária é preciso elencar um conceito-chave que aborde a complexidade que está envolto a temática. E é através da história do Brasil

[2] No artigo Questão Agrária Hoje in Questão Agrária e Desigualdades no Brasil (2014), Guilherme Delgado contextualiza a abordagem da questão agrária brasileira "Há pouco mais de meio século formulou-se à esquerda do espectro ideológico, a chamada "Questão Agrária Brasileira", vista à época 8 como da inadequação da estrutura agrária vigente (Regime Fundiário da Lei de Terras de 1850, plenamente recepcionado pelo Código Civil (1915...) e pelas Constituições do período republicano, incluindo a de 1946), relativamente: 1) às condições de vida e de trabalho das populações rurais, por um lado; e 2) e ainda sobre a presumida incapacidade dessa estrutura agrária de prover excedentes produtivas às necessidades da industrialização e da urbanização então em plena evidência. Essa segunda vertente da questão agrária, como se verá adiante, obtém como resposta do sistema político e social a "modernização conservadora" da agricultura como estratégia de Estado, com explicita negação de mudança da estrutura agrária". Ver em <Book Vol1num2.indb (unesp.br)>

que percebemos como se dinamizou a distribuição de terras, o que gerou influência até os dias atuais, compreende-se assim toda a rede que envolve o uso e posse de terra. Dessa forma, temos:

> O conceito chave é o de estrutura agrária, no sentido jurídico e socioeconômico – dos direitos de propriedade, posse e uso de terra (ai compreendidos todos os recursos naturais abrangidos na sua superfície). A estrutura desses direitos ou para usar uma expressão mais específica – o regime fundiário em vigor- configura relações sociais relativas à propriedade, posse e uso da terra. (DELGADO, 2014, p. 28)

Segundo Lauro Mattei (2012), pesquisador brasileiro que aborda em seus estudos a questão agrária, corroborando com estudos de Delgado, afirma que entender o agrário brasileiro é compreender como processo de colonização do país e os diferentes ciclos econômicos (algodoeiro, canavial, cafeeiro, açucareiro, da borracha, da mineração e a pecuária) contribuíram para a formação da propriedade privada como conhecemos hoje e todo curso desigual existente. O autor faz dessa recapitulação histórica nos colocando no período colonial da história brasileira, temas como as divisões de terras feitas pela Coroa Portuguesa.

No século XVI foi implantado um sistema de divisão territorial denominado Capitanias Hereditárias[3] cujo objetivo era possibilitar uma nova forma de povoamento, a história do Brasil permite nos lembrar que essa divisão ocasionou inúmeras problemáticas que perduram até os dias atuais como concentração de terras, contribui/u na formação de um modelo de produção agrícola voltado para a exportação sem grandes diversidades de produção.

Além do próprio processo de divisão territorial e de povoamento também visava a exploração econômica dessas terras. Falar da estrutura fundiária e suas relações com a dinâmica do campo, algumas palavras-chave nos auxiliam a analisar o tema como: mão de obra, capital e meios de produção, uso e posse da terra.

As relações de poder perpetradas pelo Estado os grandes latifundiários moldaram as terras brasileiras e o abismo social e econômico entre diferentes seguimentos. Apesar de ser um problema antigo as discussões para propor novos arranjos e elucidações, são muito recentes. (STEDILE, 2012). Rocha e Cabral (2016) em seus estudos corroboram na compreensão dos inúmeros problemas advindos do processo desigual que culminou na formação de grandes propriedades de terra, afirmam:

> Mais de cinco séculos após a colonização do Brasil, embora os discursos sejam voltados para a diminuição das desigualdades, elas permanecem e são

[3] Ver mais em "As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira" por Jorge Pimentel Cintra https://www.scielo.br/j/anaismp/a/yqDLJyFkyhhRWGyVTwrVG4J/?format=pdf&lang=pt>

> preponderantes. Os latifúndios predominam no país e os camponeses que conseguem permanecer no campo vivem em situações difíceis, pois os investimentos do Estado para os pequenos agricultores são ínfimos diante das necessidades que eles apresentam. (ROCHA E CABRAL, 2016, p. 76)

O processo que ainda é sentido, visto e refletido demonstra como o Estado tem atuado para mitigar esses impactos históricos, mas ainda há uma força que tensiona para os interesses privados daqueles que detém parte do capital, assim, mesmo que exista e se aplique determinadas políticas públicas haverá desigualdade, já que as forças geradoras para diminuir os impactos estão tão somente nas lutas sociais e seus processos organizativos.

Na obra "O Manifesto Comunista" de Marx e Engels já se abordava e se fazia menções sobre as lutas de classe e como eles foram os precursores no que diz respeito ao processo organizativo dos movimentos nesse emaranhado conceitual percebemos a atuação dos movimentos sociais e suas lutas sociais, desde tempos imemoriáveis, essa forma organizativa como percebemos atualmente demonstra a evolução perceptiva que a classe trabalhadora e explorada se percebe como indivíduo e coletivo numa sociedade essencialmente capitalista. (SARTORI, 2019)

Nessa perspectiva, temos Gohn (2019, p.71) quando afirma que "a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social".

Ora, as pressões para uma reformulação urgente nas tomadas de decisões voltadas para políticas nos setores menos favorecidos, como agricultura familiar, foram dadas sob influências de grupos sociais minoritários que pressionavam o governo desde a década de 1950, mas com conquistas mais acentuadas na década de 1990. (WANDERLEY, 2014, SCHNEIDER, 2010 e 2013)

Para Miranda e Fiúza (2017, p.124) em seu artigo "Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte", os movimentos sociais auxiliam no processo de lutas por direito e a criação de novas dinâmicas que acontecem no campo, dessa maneira "os movimentos sociais trazem, na sua gênese, a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos e se organizam para promover a ruptura de uma situação de ausência de direitos".

As reivindicações da sociedade civil foi o estopim para que na década de 1980/90 surgissem movimentos prol rural, reconfigurando o atual cenário em que as políticas públicas se encontravam.

Nesse momento fez com que se dinamizassem os olhares voltados para as lutas no campo e mostrando para a sociedade como o Estado tem responsabilidade quanto a integridade de toda essa população.

Temos com isso um salto qualitativo na história recente do Brasil quanto as promulgações de políticas públicas que visam diminuir os impactos causados pela distribuição desigual de terras, de recursos econômicos para o desenvolvimento bem como a falta de perspectivas de melhorias ocasionando o êxodo rural.

Mas, para que uma política seja eficaz, mesmo que aqui estejamos falando de algo teórico, pois, a prática, ainda que esforçada para acontecer, é diferente, já que as múltiplas identidades, vida, maneira de se estar no campo e identificação com seu território não é homogêneo, possui nuances que faz surgir a heterogeneidade e pluralidade do campo brasileiro. (FERNANDES, 2005)

A discussão a seguir não se limita a uma mera citação das diferentes políticas públicas aplicadas no território brasileiro para a zona rural, mas como ela ainda reproduz em sua matriz um pensamento colonial e enraizado de que o campo é um ambiente atrasado e hostil que necessita de mecanismos meramente para sua sobrevivência e não que ele é um caminho para salvaguardar a ancestralidade, conhecimentos tradicionais, e que asseguram a soberania alimentar.

As políticas públicas que nortearão o caminho da pesquisa perpassam pela elaboração de uma política que redemocratize o acesso a terras, nesse sentido, é necessário falarmos sobre uma política que há décadas passa por inúmeras reformulações, pressões populares e que revive a esperança de fato a redistribuição de terras que não cumprem sua função social seja feito.

A tão sonhada Reforma Agrária[4], uma política válida para a reparação histórica dos povos tradicionais, mas, que como tantas outras, ficaram à mercê de um estado elitista e que beneficia os latifundiários.

Temos, a partir de pressões de grupos sociais, e em atendimento as necessidades da população no campo, o início de uma política que viria a ser, mais tarde, uma grande iniciativa de reorganização socioespacial dos territórios rurais, o que Stédile (2012) denota

[4] "Portanto, falar de uma reforma agrária hoje representa, sobretudo, defender a reorganização não so da propriedade, mas da produção agrícola e de casarmos a reforma com um novo modelo de desenvolvimento que, de fato, reorganize a economia, baseado nas necessidades da população, e não unicamente nas necessidades da acumulação de capital". Trecho da entrevista de Norder à João Pedro Stédile (1997). Disponível em: < entrevista21Entrevista 1.pdf (unicamp.br)>

em como determinados programas e políticas teriam impactos na solução dos problemas agrários.

A idealização de uma reforma agrária advém como uma política que tem por causa principal a redistribuição de terras para população do campo, iniciada a discussão em meados da década de 1960 com então presidente do Brasil, Joao Goulart, se formalizava ali um anseio para redução das múltiplas desigualdades do país.

Com os atravessamentos causados pela Ditadura Militar (1964) a discussão de teor fervoroso é esfriada e congelada nas mãos dos golpistas.

Vinte anos depois, o tema volta a ser discutido na agenda política, criando assim o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O Programa Nacional de Reforma Agrária segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018) busca:

> [...] melhorar a distribuição daterra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentávele aumento de produção. Entre as famílias que pleiteiam terra, aquelas que estão no Cadastro Único e possuem renda familiar de até três salários-mínimos mensais recebem pontuação adicional no processo de seleção para serem assentadas. (MDA, 2018)

A questão agrária no Maranhão se comportou de modo que os conflitos no campo se tornassem bastante expressivos. O contexto rural foi marcado por intensos conflitos culminando em mortes de lideranças que lutavam pela igualdade no campo, dessa forma os entraves geralmente eram entre os trabalhadores rurais e os latifundiários. Antes nenhum órgão, ONG, comissões haviam discutido de forma mais a fundo sobre as mortes geradas a partir do conflito no campo

No Maranhão somente em 2016, período que Temer assume o poder pós golpe, foram registrados 156 conflitos atingindo 18.264 pessoas em uma área de 1.419.869 km² de acordo com CPT (2017), conflitos estes intrinsicamente relacionados aos ciclos econômicos sendo de destaque o agronegócio. Entretanto essa disparidade entre esses ―grupos‖ surgiu há bastante tempo, ainda no contato do europeu com os índios que habitavam no território maranhense.

> As grandes dimensões territoriais do estado, suas riquezas naturais e a diversidade de sujeitos que formam o campesinato maranhense são fatores que intensificaram a questão agrária. Em qualquer período da história do Maranhão é possível se deparar com conflitos no campo e a intensificação desses a partir da entrada de capital (SODRÉ, 2016, p. 5)

O autor destaca em sua obra, como o Maranhão é relacionado a conflitos e intensificação da luta pela terra. Relatando que a ocorrência de conflitos no campo está nivelada principalmente entre o pequeno proprietário rural e os grandes detentores de terras, que em algumas regiões do estado são chamados por Gaúchos. O Maranhão ainda se destaca

como o terceiro estado no Brasil com maior população rural, ficando atrás de estados como Bahia e Minas Gerais.

1.2 Superação do enfoque setorial para promulgação de políticas públicas de cunho territorial

Assim, torna-se importante o entendimento do desenvolvimento rural nos desdobramentos para além do viés setorial e economicista, sendo um processo de desenvolvimentista excludente, que não colocava os sujeitos do campo como figuras centrais na discussão de políticas, sobretudo as de crédito.

Desta forma, articula debates acerca da influência do Estado na criação e promoção de políticas públicas, sem que ocorra a descontinuidade e desencontros entre Estado e seus respectivos atores sociais, mas que a prática vemos um imbróglio de situações que demonstra as fragilidades do governo na operacionalidade e, sobretudo, no acompanhamento das políticas aplicadas.

Conforme Cunha (2007, p. 167) “a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização”.

Nesse viés, o Estado discutia anterior à década de 1980 políticas setoriais, das quais não teria como incorporar a multipluralidade e heterogêneas políticas que o país possui, então passam a se desenhar novos horizontes para que pudessem trazer elementos mais concisos para a aplicação das novas abordagens, abordagem territorial, que nela se configuram diferentes dimensões (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2017).

Os estudos levantados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a abordagem territorial como inserções aos debates do desenvolvimento rural é nova: “ela vem implicando uma ressignificação do papel dos espaços rurais nos processos de desenvolvimento econômico” (IICA, 2011, p.14).

À vista disso, Mattei (2014, p.73) retrata a importância que as políticas públicas têm para a população rural, que não seria um veículo somente econômico para o país, mas também na “valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso a terra”.

Partindo dessa análise, tem-se a Constituição de 1988 com a reestruturação da democracia, os movimentos sociais rurais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST), que promoveram a remodelagem do panorama das lutas políticas e as organizações de apoio aos habitantes da zona rural, dentre outros. (WANDERLEY, 2014).

Assim considera-se, portanto, os importantes eventos que discutem acerca de "políticas voltadas para o campo e iniciaram uma discussão sobre a função social da agricultura e as possibilidades de programas que tivessem impacto positivo para os beneficiários da Reforma Agraria" (MATTOS JÚNIOR, 2016, p. 01).

Deste modo, ressalta-se que esses acontecimentos foram o suprassumo para elucidação de políticas promotoras do desenvolvimento rural, porém demorou mais de uma década para que de fato fossem executadas. (BIANCHINI, 2015).

Desse modo, o desenvolvimento territorial no Brasil dar-se-á com a influência europeia com o programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais (LEADER), criado na década de 1990, que é marcado por ser referência para o desenvolvimento territorial e por traçar estratégias alternativas, valorizar as multidimensões e as múltiplas funcionalidades do meio rural juntamente com as participações dos atores sociais. (FAVARETO, 2010; RAYNAUT, 2014).

Como supracitado, programas como LEADER passam a exercer um papel fundamental para construções de políticas a nível nacional, no qual, incorporam ações exitosas adotadas na Europa.

Ao passo que houve avanços tecnológicos houve cada vez mais distanciamento entre as realidades urbanas e rurais onde identificava como o urbano era um local que recebia atenção diferente, ou seja, privilegiado perante as distribuições desde rendas à inclusão de políticas públicas, em que todas as tomadas de decisões e suas aplicações eram referendadas para esses espaços, e diante essas internalizações de ser um espaço privilegiado que se começa, através das influencias supracitadas, desenhar novos caminhos e possibilidades para políticas no campo agrário.

Ao abranger um modo com viés econômico o desenvolvimento torna-se excludente, haja vista que, ao falarmos de políticas públicas de caráter setorial suprime outras formas de pluralidade dentro de um território. Concordamos com Almeida Filho (2006) quando o autor coloca que o desenvolvimento enquanto conceito se utiliza da concepção de progresso em forma de crescimento somente econômico.

A partir disso, tornam-se necessários estudos de acompanhamento das políticas territoriais que analise os avanços e desafios dos projetos produtivos implantados, que por vezes não são previstos entraves, impossibilitando dessa forma a continuação dos projetos,

neste caso específico em Miranda do Norte - MA, e a importância conceitual aplicada do Território.

Destarte, compreende-se que o território auxilia no processo de superação do enfoque regional o seu estudo esforça-se em não fragmentar o espaço em que a população rural está inserida.

Dessa maneira, o território ganha caráter de referência, tanto para a geografia quanto para o governo. Isso implica dizer, de acordo com Schneider (2004), que seu uso se torna pertinente para que as políticas e ações propostas sejam operacionalizadas. Ainda nos estudos do autor, temos que o território possui uma unidade de referência onde:

> O território emerge como uma nova unidade de referência para a atuação do estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, as fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo a vista a ineficiência e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência etc. (SCHNEIDER, 2009 p.102)

Com o desgaste em torno da discussão sobre região, já que a superação do enfoque setorial também estava inclusa as discussões regionais, e nesse sentido com as inquietações e pressões populares, sobretudo, advindos de movimentos sociais, o território passa a ser um conceito e símbolo de uma nova luta, com grande importância no Brasil.

Logo, Hespanhol (2010, p.124) traz a compreensão do Território nos âmbitos supracitados:

> [...] Assim, diferentemente da abordagem do conceito de território adotada nos meios acadêmicos e, sobretudo na Geografia, em que este é apreendido e delimitado por e a partir de relações de poder engendradas por um grupo social num determinado espaço/tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental da sua constituição e lógica, na perspectiva normativa e operacional adotada pelo Estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação. (HESPANHOL, 2010, p.124)

Essa ferramenta abarca a pluralidade existente no país, conforme Haesbaert (2004, p. 20) ressalta que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial”.

O território então passa a adquirir caráter de múltiplas facetas compreendendo assim seus variados resultados diante sua aplicação e historicidade. Segundo Moraes (2000, p.18), o território “[...] é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga”.

Diante disto, compreende-se de forma ampla a importância do território não somente para que o Estado promulgue determinadas políticas, mas como a sua referência

abarque as diferentes comunidades que compartilham o mesmo local, temos Fernandes (2005, p. 27): “[...] o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional”.

Essa perspectiva múltipla mostra as várias possibilidades que o Estado pode atuar, a atuação entende-se como o formato que o governo possa seguir para que garanta que todos estejam inseridos em tomadas governamentais que auxiliem no seu processo de crescimento e entendimento de onde estão e como podem se fortalecer enquanto comunidade, não somente no meio rural, mas sobretudo nele.

As diferentes abordagens no que tange a discussão sobre o conceito de território é indiscutivelmente necessária, haja vista que, com o avanço e evolução da sociedade é fundamental que as discussões sejam abordadas de forma que abranja a realidade a ser estudada e observada. Por se tratar de um conceito tao complexo como é o Território é necessário que tenhamos zelo ao trazer os diferentes debates em torno do tema. Nesse sentido, temos Alves (2017) autora que em seus estudos sobre territórios da cidadania no Maranhão, nos elabora o território sendo um:

> Espaço de identidade, considerando a perspectiva local e valorizando a idealização dos vínculos sociais entre os indivíduos que o ocupam. Nesse sentido, o território se estabelece através da identidade dos indivíduos em relação ao lugar que o ocupam. (ALVES, 2017, p. 24)

Para compreender a dinâmica dos programas governamentais, no qual serão abordados posteriormente, é determinante fundamentar os estudos para que se possa analisar como o conceito de território é aplicado dentre a área de estudo vigente.

Apesar, de no Brasil o conceito de território, dentro dos moldes de políticas públicas, ser recente – década de 1990 - é uma temática conceitual que regularmente esteve sob holofotes das áreas como a Geografia, Sociologia e Antropologia.

Um dos clássicos intelectuais que transformou a forma de se pensar uma geografia, Ratzel, era um dos autores que se debruçava no espectro da abordagem clássica da ciência geográfica e mais ainda fazia discussão a respeito das questões territoriais.

Suas premissas estavam baseadas em dizer que uma nação tende a se evoluir ao paço que ocupa território, aqui compreendemos que era uma discussão ainda primitiva, onde baseava a ideia de um território físico somente, mas não exime a complexidade já abordada pelo autor décadas atras.

Em um salto de anos no que tange as abordagens da geografia sobre o território passamos a acompanhar um estudioso que ganha notoriedade internacional pela sua contribuição com uma geografia crítica e centrada nas construções sociais e realidade local, Milton Santos.

No que tange sua abordagem ele nos coloca a reflexão que o território possui uma essência onde nele tudo flui e se reproduz: seu modo de ser e estar e como as pessoas se relacionam com esse espaço – podem ainda passar por diferentes configurações e reconfigurações.

De acordo com Santos (2002) ao constituir um determinado território e nele se reproduzir, tradicionalmente se constrói um espaço cuja função é tornar-se um lugar que contemple a capacidade de abordar as questões técnicas e sociais que são inerentes a este território. Temos assim, um complemento dessa compreensão também abordada por Santos.

> O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 9).

Ainda explorando o conceito de território para Santos (2002), temos a relação das suas técnicas e como essas técnicas são processadas podendo ter auxílio dos meios de produção, objetos nas suas mais variadas formas e pela própria retórica da denominação do espaço.

No que concerne outro grande teórico sobre a discussão do território, temos Raffestin que utiliza da sua base teórica para estudar o território como sendo uma ordem político-administrativa. Temos, dessa forma sua abordagem sobre:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar deum espaço, concreta ou abstratamente [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

O estudioso concebe que ao falarmos de território, falamos sobre um espaço onde tudo nele se constitui, ali podemos perceber as diferentes formas de se relacionar com o ambiente seja para suas relações laborais, relações de poder e como se é exercido essa força. Assim, para colaborar com a abordagem citamos um trecho de sua obra:

> [...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Como bem aponta nos seus estudos sobre o conceito, o autor nos enfatiza que é no campo territorial que se materializa as relações de poder, e a construção dele é alicerçada na criação de interrelações, que coabitam o mesmo espaço e forma distintos percepções, ora por

parte de quem exerce essa relação de poder, ora por quem é subordinado à ela. como ela se movimenta e institui todas as relações dentro do território.

Apesar do poder exercido dentro do território compreendemos que é nele que construímos bases para subverter as relações, no qual, através da resistência e modos de existir faz perpetuar e conservar a comunidade formada dentro desse espaço.

Ainda, no ensejo de explorar diferentes visões acerca do território, trazemos a base teórica de outro autor que trabalha com diferentes vertentes para analisar a correlação do território, do espaço, das relações de poder e das instituições políticas e jurídicas. Trazemos, dessa forma, Haesbaert (2004) corroborando para uma discussão que não tem intuito de esgotar suas possibilidades de reflexões.

Quadro 1 - Vertentes utilizadas por Haesbaert sobre Território

Vertente 1	Jurídico-política, segundo a qual - o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente e de caráter estatal;
Vertente 2	Cultural que ―prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço‖;
Vertente 3	Econômica, ―que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Fonte: HAESBAERT, 2004
Org.: SANTOS, 2018. Revisão, 2022.

A tríplice investigação do autor nos denota que ao abordarmos o território e toda a complexidade que o constitui, temos que levantar diferentes questões para que, assim, possamos compreender a multidimensionalidade a ele incorporada. As investigações partem

do princípio de que o território é um lugar – aqui não dizemos em relação a uma categoria geográfica – em que as instituições políticas-jurídicas exercem um dos pilares de poder, sobretudo, ao que concerne o espaço estatal que o subordina

Dentro da concepção econômica, um fator determinante para o autor, concebemos que a sua influência pode causar adversidade entre diferentes classes sociais neste território, causando até mesmo um processo de desterritorialização. Nessa visão econômica, o autor toma como perspectiva de análise que o território seria um canal de recursos econômicos onde a relação capital-trabalho seria a forma de impor uma relação de poder.

Por último, nos coloca a pensar a vertente cultural/simbólica, em que a base de compreensão seria a maneira subjetivo do sujeito ser e estar dentro deste território. Segundo Haesbaert (2009) temos que, "o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural" (HAESBAERT, 2009, p.79).

Assim como Haesbaert estuda o território a partir de vertentes e seus desdobramentos de análise e compreensão, temos outro autor que tanta analisa o território dentro da óptica política e econômica, Andrade (1995) nos atualiza mesmo com seus estudos referentes as décadas de 1990, apesar da discussão ser diferentes em relação a Haesbaert, onde concebe que o território pouco teria relação com espaço ou lugar:

> O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Conseguimos compreender que os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais de Miranda do Norte sofre diante o poder que os órgãos estatais exercem sobre si, pensando na logica de que a política pública, aqui evidenciado a Política de Desenvolvimento Territorial, ainda é um mecanismo de controle, haja vista que, é através dela que se operam e dinamizam as relações intersociais – no qual, os trabalhadores rurais ainda necessitam de tomadas de decisões externas para assim poderem estar ante seu território.

Em continuidade ao que a pesquisa se propõe, levantar diferentes embasamentos teóricos para compreender o objeto de pesquisa, trazemos Fernandes (2005), estudioso brasileiro que se debruça a compreender e analisar, sob diferentes óticas, as dinâmicas territoriais.

Colaborando com a construção e compreensão do território, o autor nos leva a profundidade do tema, abordando em suas pesquisas que o próprio território é formado no espaço geográfico e dentro desse espaço que construímos e produzimos a partir do que já existia. As diferentes relações são produtos das dinâmicas anteriores a ela. Com isso, a citação abaixo nos sinaliza o aporte teórico de Fernandes (2005) e como seus estudos são fundamentais para o entendimento do território enquanto produto de uma formação social. Fernandes (2005):

> Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (FERNANDES, 2005, p. 27).

O objetivo da pesquisa além de trazer luz ao conceito de território é de não esgotar as possibilidades de análise desta categoria importante para o desenvolvimento científico da geografia e de outras áreas que a utilizam para compreender a realidade local. Dessa forma, trazemos como complemento do entendimento do território, a abordagem conceitual a partir da visão do poder publico que aqui citamos como sendo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Para este ministério o território concebe em si uma relação social e essa relação é composta por atores sociais – diferentes sujeitos em diferentes situações.

A partir dessa simbiose e troca de relações cria-se um espaço de cooperação onde há uma corresponsabilidade de todos, tanto por parte dos sujeitos que estão neste território quanto por quem faz a manutenção dele por meio, como por exemplo, de criação de políticas públicas que atenda às suas necessidades básicas e complexas.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2005) é a partir das políticas territoriais que extraímos uma organização desde o nível político administrativo que o fortalece ao ordenamento territorial. Assim, define-se para o governo federal que o território é:

> Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2005, p. 11).

O território empondera os agentes locais, pois sua força de trabalho e relação com espaço compartilhado, modificam suas relações o que cria e recria novas formas de ser e estar no território. O que Abromovay (1999) chamaria de valorização das regiões que desenvolvem suas respectivas atividades.

As diferentes conceitualizações, abordagens e dinâmicas tratadas pelos diferentes autores nos denota a complexidade que o tema possui e as diferentes percepções sobre o assunto nos faz refletir que é um tema em constante mudança e transformação, haja vista que, o espaço é um organismo em constante troca, seja por suas relações de poder seja por suas relações simbólicas.

O território é um espaço físico como o governo federal nos imputa, mas é um espaço simbólico, de produção e reprodução de vida, do cotidiano e das diferentes formas de auto-organização e sustentação.

A superação do enfoque setorial promoveu mudanças significativas para a agricultura familiar e a luta pela reforma agrária, dado que ao passo que sinalizava o interesse em construir políticas que abarcasse a pluralidade do rural também fomentava processos orçamentários que colaborassem para a promulgação delas.

Mesmo identificando dentro da política territorial incidida em Miranda do Norte, Território Vale Itapecuru, percebe-se que o viés economicista ainda se faz presente, no qual cria-se mecanismo de diminuir a desigualdade rural com processos participativos e financeiros, mas não se tem continuidade como assistência técnica, manutenção do espaço físico ou oferta de cursos que contribuam para o desenvolvimento dos recursos humanos que serão necessários para a utilização de maquinários.

A falta de incentivo da própria prefeitura, dentro da participação do município, não existe atividades extras, como novas formas de comercializar, escoar a produção, salvo as que já são movimentos da própria comunidade. Uma demanda ainda exigida pela classe trabalhadora atentando que mesmo tendo no seu curso inúmeros processos de descontinuidades e não aplicação desta política de desenvolvimento territorial, os sujeitos nela envolvidos ainda existem.

1.3 A Política de Desenvolvimento Territorial

A política de desenvolvimento territorial (PDT) foi um dos pilares para o desenvolvimento territorial no Brasil entre as décadas de 1990, 2000 e 2010 e é nela que se estabeleceu parâmetros para aplicação das políticas públicas a nível local.

Para compreensão do que se trata esta política especifica que mudou o curso de políticas públicas no Brasil, sobretudo nos governos petistas, temos Schneider (2004, p.105) que nos dá direcionamento a respeito da PDT onde diz que é uma política que tem por objetivo: "a erradicação da pobreza rural, o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade".

Como a política é um instrumento de ordem social a participação dos sujeitos é de fundamental importância para sua aplicação e como esses sujeitos serão atingidos com esta forma de promover desenvolvimento define a construção das políticas.

A sua construção é formada por diferentes pilares como a participação do poder público, empresas e sujeitos é uma política que visa a participação popular em sua construção, no qual, no mundo das ideias esse pilar seria ideal para operacionalizar as políticas e seus desdobramentos, porém em sua prática temos outras situações.

Como bem apontado por Corrêa (2009), onde o autor nomina de top *down* em que seria uma política que se aplica de cima para baixo, não levando em conta as reais necessidades dos sujeitos a serem beneficiados. Na concepção mais acertada deveria ser atribuído a aplicação das políticas como um atributo *button up*, ou seja, aqui o protagonismo é essencialmente versado sobre os sujeitos que compõe o território, uma política compreendida de baixo para cima.

De acordo com Corezola (2009, p.88) temos a compreensão da importância do enfoque territorial como política de compensação das desigualdades sociais no meio rural onde a autora aborda que "a proposta do Governo Federal de implementar uma estratégia de desenvolvimento rural com enfoque territorial é fruto de um debate em torno do tema desenvolvimento sustentável, iniciado nos anos setenta"

Isso demonstra que, apesar de ser uma política recente (iniciada final da década de 1990 início de 2000), a construção tem como recorte temporal as décadas de 1970 e 1980. A autora prossegue "desde então, o tema tem ampliado e permeado o discurso das diferentes áreas de conhecimento, dos formuladores e executores de políticas públicas bem como da sociedade civil organizada em geral." (COREZOLA, 2009, p.88)

As diferentes tramas que envolvem o desenvolvimento territorial e atuação do governo brasileiro em contribuir com a discussão, para além dos debates políticos, mas com viés acadêmico e a níveis sociais, chegando nas comunidades, nos sujeitos rurais.

Ainda de acordo com Corezola *apud* BRASIL (2009) temos que a abordagem territorial está sob o alicerce de:

> A abordagem territorial está alicerçada em três elementos fundamentais (Brasil, 2008a): i) a instituição do território rural ou de identidade criado a partir de elementos da identidade, seus limites, características geográficas, históricas, sociais, econômicas, políticas e institucionais comuns; ii) a constituição de uma nova institucionalidade que congregue as organizações da sociedade civil e as esferas do poder público, que é o Colegiado Territorial, qual promove a gestão social do desenvolvimento territorial; e iii) o planejamento territorial, como manifestação da vontade e da visão de futuro do território, traduzida em plano, programas e projetos. (BRASIL, 2009, s/p).

A partir da discussão, conseguimos dimensionar a importância da nova incorporação de uma política pública voltada essencialmente para o campo e sujeitos que foram secularmente marginalizados, onde pode-se identificar os rudimentos que constituem cenários de um ministério importante (MDA) para implantação, gerencia e regulação de diferentes políticas públicas para diferentes sujeitos.

Como já apontado por Corezola (2009) ao alicerçar a política em elementos fundamentais o governo federal inicia a construção de projetos para serem replicados nos diferentes territórios. Temos assim o lançamento do chamado Programa Territórios da Cidadania que tinha o propósito de diminuir as pobrezas existentes na zona rural. Os programas da cidadania possuem bases que se apresentam enquanto desde estratégias territoriais, consolidação das relações federativas a integração de políticas públicas e seu processo de universalizar o acesso as políticas.

A política territorial e seus desdobramentos nos imputa a pensar a evolução teórica e prática das políticas públicas deste cunho, pois quando temos uma construção gradual ao longo dos anos percebemos que para melhor dispor de uma determinada política é a integração dela com outros programas.

De acordo com o governo federal os objetivos dos territórios da cidadania são:

> i) inclusão produtiva das populações pobres; ii) busca da universalização de programas básicos de cidadania; iii) planejamento e integração de políticas públicas e iv) ampliação da participação social. Os territórios rurais selecionados para integrar esse programa se beneficiam da ação articulada de dezenas de órgãos federais, que passam a organizar melhor a sua oferta nestes espaços e buscam, a médio prazo, integrar as ações.

Mapa 1: Mapa dos territórios da Cidadania no Brasil

Fonte: DE SOUSA, 2017

A região com maior recurso destinado durante o primeiro ano de implementação do programa foi a região nordeste com 6,4 bilhões de reais injetados nos territórios. No Maranhão com os quatro primeiros territórios implantados sendo eles Baixo Parnaíba, Lençóis Maranhenses/Munim, Cocais e Vale do Itapecuru somaram juntos os recursos recebidos mais de 1 bilhão de reais.

As ações federais foram mobilizadas por diferentes ministérios, o que nos denota o amalgamado de relações interministeriais envolvidas na criação, implementação, gerenciamento e execução desse até então novo modelo político-institucional. Além da relação interministerial, temos a participação de secretárias do governo que são pontuais no debate e que contribuíram para formulação desse modelo de política. Conforme o quadro abaixo observamos essa interrelação.

Quadro 2: Quadro ministerial e de secretárias para compor o Programa Territórios da Cidadania 2008

Casa Civil	Ministério da Justiça
Ministério da Educação	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Ministério da Cultura (MinC)
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Secretária de Relações Institucionais
Ministério das Cidades	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Ministério Trabalho e Emprego	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
Ministério da Saúde	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
Ministério Minas e Energia (MME)	Banco do Brasil (BB)
Ministério do Planejamento	Banco da Amazônia
Ministério do Desenvolvimento Social	Caixa Econômica Federal (CEF)

Secretária-Geral da Presidência da República	Banco do Nordeste do Brasil

Fonte: EMBRAPA, 2008
Org: Santos, 2023

A importância de um programa a nível nacional como o PTC dar-se-á pela força que ele exerce sobre os diferentes sujeitos que compõe os territórios. Conseguimos compreender que não é um mero ator social beneficiado desta política, mas sujeitos que se mostram e se perpetuam através da luta social e resistência de seus saberes.

Temos famílias assentadas da reforma agrária, agricultores e agricultoras famílias, trabalhadores rurais, posseiros, extrativistas e quilombolas. Nos 120 territórios da cidadania criados mais de 500 mil pessoas eram assentadas e 810 territórios quilombolas. (SDT, 2009)

Ao compreender os territórios da cidadania e sua expansão de atuação compreendemos a importância de políticas que vieram anteriormente como o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) é um programa que visa dar protagonismo aos sujeitos do campo, no qual através de oportunidades para promoção de novas geração de renda incentiva os trabalhadores rurais a potencializarem suas produções e promove o uso sustentável da terra formando uma rede entre diferentes territórios e regiões (SANTOS *et al,* 2013).

A complexidade em torno dos programas criados a partir do avanço do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal faz com que observemos a diversidade no campo agrário brasileiro. Suas múltiplas imbricações nas tomadas de decisões, leia-se criação de novas políticas públicas, acarretando a inserção de novos sujeitos dentro das políticas.

O PRONAT é uma das referências de políticas públicas rurais, visto que, seu objetivo é a redução da pobreza rural, fortalecimento das produções locais e garantia de direitos sociais.

O programa foi elaborado no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob comando da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, na época coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Dentro do pacote de novas medidas para redução das vulnerabilidades no campo brasileiro cria-se o Programa Territórios da Cidadania, em 2008 sendo considerado “o mais extraordinário programa de atendimento de políticas de oportunidades combinadas com políticas sociais que nós já tínhamos preparado no Brasil” segundo o presidente Lula após o lançamento do programa em 2008.

De acordo com Joaquim Soriano (2017), ex-coordenador do Território da Cidadania e diretor da Fundação Perseu Abramo, identifica-se os territórios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH), áreas com maiores concentrações de quilombolas, assentados e demais agentes que necessitem de uma política voltada para suas necessidades cotidianas.

Joaquim Soriano afirma que os chamados territórios da cidadania "é uma unidade que é acima do município e abaixo da unidade da federação, a contribuição do município é muito pequena, são dependentes da união".

A criação dos chamados PTC's advém do PRONAT, ou seja, já existiam políticas de cunho territorial, e os territórios da cidadania foram definidos ainda nos chamados territórios rurais, onde se tinham relações de identidades sejam elas culturais ou por afinidades de produção, dentre outros elementos já citados.

As diferentes estratégias adotadas pelo então governo federal, perpassava em diminuir as diferenças entre os sujeitos e a governança, assim criaram-se mecanismos para dinamizar essas relações com incentivo de novas medidas para as políticas de desenvolvimento territorial apoiavam-se e apostava-se no que Corezola *et al* (2009, p. 88) chama de "autonomia dos territórios na gestão do desenvolvimento e ampliar o apoio às populações rurais de forma a promover a capacidade destes territórios de se autogerir, de gerar riqueza que beneficiem os diferentes segmentos que nele vivem ou que com ele se relacionam"

As medidas que mitiguem as desigualdades no campo brasileiro são exemplos de processos pensados por uma política que incorpora os sujeitos subalternizados a uma perspectiva de diminuição dos impactos por eles sofridas a partir da diferença de tratamento aos recursos disponibilizados.

Porém, por vezes essas construções, sobretudo ao que chamamos de políticas públicas, são ainda excludentes, pensadas numa proporção que não agrega todos e todas, deixando de lado relações importantes para a discussão sejam elas a diminuição da pobreza rural, identificação de suas potencialidades, questões econômicas e cultura.

Fazendo referência ainda sobre os programas da cidadania, onde seu processo é participativo através de colegiados, no qual se constrói a partir da necessidade do território, mecanismos para superação dos problemas apresentados.

Mas, essa construção, mesmo na ideia de participação popular, demonstra que as relações de poder em que agentes públicos, os que detém o poder econômico, centralizam suas vontades e excluem uma necessidade mais real daquele território.

Citemos o exemplo do abatedouro de caprinos e ovinos no município de Cantanhede, município que faz parte do Território Vale Itapecuru, objeto de estudo da pesquisa, apesar da construção coletiva para os projetos produtivos no início da década de 2010 não havia sequer uma relação de necessidade para que fosse construído um abatedouro naquele município, o que comprova que é um projeto que beneficiou somente as empresas da área da construção civil e equipamentos para o projeto. Para sustentar esta ideia de que as políticas ganham caráter *top down*, como já pontuado nesta pesquisa, analisemos as disposições de rebanhos de ovinos e caprinos da década de 2010 e 2011 e suas respectivas populações rurais.

De acordo com o IBGE (2023) o ano de 2010 no município de Cantanhede, dispunha de 1.037 cabeças de caprino, unidade de medida para unidade de animal, e 407 cabeças de ovinos e em 2011 esse quantitativo teve uma leve alta, mas nada que justificasse que o projeto desse andamento, onde foi contabilizado 1.045 de caprinos e 412 cabeças de ovinos.

Importante frisar que, apesar dos números serem relativamente altos se considerarmos a população rural de Cantanhede em 2010, de acordo com IBGE era de 7.489 pessoas, a quantidade de rebanhos, em sua maioria não são com propósitos de abate para vendas e sim para criação e como modo de subsistência. Um projeto que até 2018 encontrava-se paralisado.

Pensamos então, que o território passa a ser um organismo que interage entre outros territórios, e é nessa interação que tudo flui, ou seja, pensamos que ao estar em determinado território os sujeitos que ali vivem e reproduzem seu modo de vida, contém suas particularidades que os fazem únicos, e, ao unir os diferentes territórios em um território maior, passamos a observar as características comuns a eles atrelados – modos de produção, cultura, características econômicas - associações, cooperativas e organizações que unam os interesses particulares de quem vive nesse espaço. Um território rural, baseado na concepção do MDA é:

> a) conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; b)conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; c)maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); d)conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; e)conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional. Até o fim de 2008 o programa abrangia 60 territórios obedecendo a esses princípios. (MDA, 2005)

Após a abordagem teórica e conceitual no que diz respeito aos territórios e seus programas, trazemos agora como se aplica as políticas públicas com participação popular a partir da concepção de Colegiado Territoriais. A base dessa construção, que na teoria é coletiva, é a democracia participativa, onde os sujeitos constroem juntos dentro de uma visão tripartite os projetos a serem desenvolvidos nos territórios.

Dentro de toda articulação para composição do colegiado temos a participação social como sendo a mais importante para operacionalizar as políticas públicas. Entende-se como participação social os diferentes sujeitos que constroem junto suas singularidades dentro dos territórios, Como povos e comunidades tradicionais, agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais, quilombolas, extrativistas, posseiros e etc.

A importância do colegiado territorial corrobora para que haja maior condução das estratégias para o desenvolvimento territorial – estratégias de aplicação, criação, ordenamento e demais etapas para efetivação completa de uma política e sua execução. Ganha visibilidade o instrumento de fortalecimento de redes que se interligam dentro do território e sua comunicação com poder público – níveis locais, municipais, estaduais e federais – e, ao fortalecer os sujeitos dentro do espaço consequentemente cria-se e aprofunda-se suas identidades territoriais.

2 OS FILHOS ORFÃOS DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Nesta seção abordaremos como a extinção ministerial (MDA) acarretou inúmeras problemáticas e consequências irreversíveis, se considerarmos que o tempo do trabalhador não possui pausas, e em como promoveu uma sucessiva onda de desarticulação de políticas estratégicas afetando, sobretudo, sujeitos que precisam substancialmente da operação de determinadas ações governamentais para continuarem existindo.

Neste caso, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, após o golpe de 2016, emergiu o debate de como as forças políticas e as relações de poder nelas engendradas possibilitaram um carrossel de desmonte e descontinuidades de políticas para a zona rural.

Considerando também que essas desarticulações não afetam somente o campo rural brasileiro, que em um efeito dominó os centros urbanos também são afetados, é preciso considerar que mesmo um ministério voltado para discussões e promulgações de políticas rurais, suas consequências não ficam somente neste âmbito.

Nesse sentido, o presente capítulo discutirá como as consequenciais do desmonte das políticas públicas para a zona rural encarga aos sujeitos rurais o abandono do Estado, o que

chamamos nesta seção por “Os filhos órfãos do Ministério de Desenvolvimento Agrário”. O título refere-se a uma alusão ao estado de abandono que os trabalhadores rurais se viram. E, diante essa grande orquestra de poder, engendrada a partir de um convulsionamento social, temos um ministério importante sendo sucumbido à elite de representantes do povo.

Teremos como aporte teórico nesta seção os estudos a partir da ótica de Cátia Grisa, Sergio Pereira Leite (2022), Gabriela Perin (2021).

2.1 As consequências do desmonte das políticas públicas e os efeitos na agricultura familiar

Com a extinção de um ministério estratégico para o desenvolvimento agrário brasileiro e todo seu aparato de suporte para promulgações de políticas públicas, o Brasil se encontrava em um cenário devastado pela redução orçamentária, fator importante para que se possa pensar e conduzir políticas públicas.

Mais de 33 milhões de brasileiros se encontram em situação de extrema insegurança alimentar, e esse quantitativo não se origina unicamente de um ponto ou se quer num espaço tempo rápido.

Percebe-se que a partir do desmonte que inicia ainda em 2016 e com os sucessivos processos de sucateamento da agenda política para o movimento social, reinvindicação de terras agricultáveis, agricultura familiar e demais ações que sofreram com a falta de continuidade de programas, temos um cenário de efeito dominó que em contribuição com o cenário pandêmico a situação piorou.

Atrelado a esses fatores se encontram os filhos órfãos que aqui identificamos desde trabalhadores e trabalhadores rurais (agricultores, ribeirinhos, quilombolas, comunidades tradicionais) as próprias políticas desmobilizadas e fragilizadas sucessivamente e com maior amplitude pós eleição de Bolsonaro em 2018.

Ora, a construção desse pensamento não surgiu do nada para o nada, se fortalece no “ideário crítico ao gasto estatal e aos investimentos em políticas públicas, que ganha espaço no Brasil com processo de ruptura democrática que interrompeu o clico de governos anteriores, especialmente aqueles liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT)”. (GRISA *et al,* 2022, p.09)

Os retrocessos de políticas importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar sob o governo Bolsonaro (2018-2022) emergiu o debate importante: como fortalecer o cooperativismo e autonomia dos trabalhadores rurais para alimentar o povo brasileiro de forma sustentável e saudável.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) durante a pandemia da Covid-19, que só no Brasil causou 700 mil mortes, doou mais de 7 mil toneladas de alimentos e centenas de milhares de cestas básicas. (MST, 2023).

Dessa forma, não podemos esperar a salvação sempre do movimento social, por mais que ele surge devido a esse estado de abandono. Mas, devemos sim incubir a competência do Estado brasileiro a garantia da soberania alimentar, distribuição de renda e qualidade de vida para todos. No Art 6º da Constituição Federal de 1988 (CF) temos:

> **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação da EC 90/2015)

É dever do Estado brasileiro assegurar que o Art 6º seja cumprido, e com isso minimizar os impactos das desigualdades entre as populações que secularmente ficam à mercê não somente da elite e burguesia, mas uma elite de governantes que agem por interesses particulares em detrimento da miséria da população.

É nesse emaranhado de contradições e recuos de direitos básico que se encontra a discussão da pesquisa. Compreender as disputas que envolvem os agentes do Estado nos permite entender que as correlações de força envolvem questões para além do aporte financeiro, no qual aquela determinada política terá que dispor.

Molina (2012, p.591) nos dispõe dessa compreensão quando diz que "É exatamente o resultado de forças presentes nessa condensação das relações sociais que faz o Estado agir, ou seja, que o faz conceber e executar essa ou aquela política.

O processo de fragilização de uma determinada política não sofre ações que de forma direta irão excluir e/ou acabar com elas. Um efeito que muito se acompanha são os cortes orçamentários que através da inviabilização de recursos uma determinada política entra em processo de bomba-relógio não se sabe quanto tempo ela continuará operando ou em quais circunstâncias.

Num movimento anterior percebemos também que discrepância nas liberações de recursos para a agricultura familiar dentro dos pacotes de créditos rurais na construção anual do Plano Safra, também corroboram para fragilizar um determinado seguimento social.

Vejamos bem como acontece isso, de um lado temos a chamada agricultura patronal e de outro o que conhecemos como agricultura familiar. Ambas, anualmente recebem recursos

federais para serem operacionalizadas, contudo há uma grande lacuna nesses recursos, por um lado a agricultura patronal recebe um aparato financeiro governamental muito maior que a agricultura familiar.

Conforme o Ministério de Agricultura e Pecuária (2023), através dos relatórios dos Planos Safras Anteriores o Plano Safra de 2010-2011 disponibilizou 116 bilhões de reais, desses 100 bilhões de reais foram para financiamento de créditos rurais para agricultura empresarial (patronal) e apenas 16 bilhões para a agricultura familiar.

De acordo com o relatório do Plano Safra 2010/2011 o valor refere-se aos apoios para:

> Elevação no crédito para a agricultura comercial; Aumento nos limites de financiamento em operações de custeio e comercialização; Ações de incentivo à Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que resulta em menor emissão de gases causadores do efeito estufa; Incentivo ao médio produtor rural, com a criação de um programa especificamente voltado para esse público: o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que manterá as políticas do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural); Aumento dos limites de financiamento de custeio para os médios produtores; Direcionamento de recursos obrigatórios dos depósitos à vista para o Pronamp; Incentivo à construção e à adequação de armazéns na fazenda, por meio de elevação de limite de crédito em programas de investimento, aumento do prazo de reembolso e maior volume de recursos.

O ano do plano supracitado refere-se ao mesmo período que dá início aos projetos produtivos no território nacional. Através das articulações e gerenciamento dos programas de apoio a política de desenvolvimento territorial como PRONAT e PTC.

As demandas da agricultura familiar no Brasil não são medidas tão somente pelo valor financeiro distribuído para operar determinadas políticas púbicas, certo que devemos concordar que o aporte de recursos é substancialmente importante, mas reduzi-los a esfera econômica é imputá-los de que qualquer valor já basta para sua existência.

Demonstrando incoerências quando os objetivos de determinados programas são para fortalecimento dos territórios. Ademais, vemos que transformar o trabalhador rural em números (falando aqui em valores destinados à créditos rurais) desconsideramos a totalidade do seu ser e sua forma de estar no mundo.

Não levando em consideração sua relação com a terra, com o local, território e o ambiente que vivem e as reproduções culturais existentes ali. A diferença de recursos demonstra como as políticas públicas para zona rural, sobretudo, voltadas para agricultura familiar irão ser operacionalizadas, com baixos recursos e desmobilizando ações que salvaguardam essas populações.

Podemos reiterar o que Grisa *et al* (2022, p.13) diz quando aborda sobre o "enfraquecimento do Estado de bem-estar Social". Esse enfraquecimento, que se origina de dentro para fora – a parte de dentro referido seria a própria gestão governamental – através do desgaste política e de pautas que se contrapõe com o grande projeto desenvolvimentista, que podemos citar o próprio avanço do agronegócio.

Esse bem-estar social é posto em xeque, ou se um dia já existiu, pois para quem resiste como Dona Luzia de Pindoval, que através de mobilizações na sua comunidade coloca em movimento subterfúgios para que o alimento, não somente para sua mesa, chegue e seja abundante.

O processo de desmonte é contraditório, já que com as inúmeras mudanças no campo agrário brasileiro desde as décadas de 1960/70/80 no qual a agricultura familiar passa por "significativas mudanças e assumiu um papel estratégico na agenda governamental, atuando na produção de matéria-prima, no abastecimento alimentar das populações e na dinâmica do desenvolvimento rural (PERI *apud* BALSADI, 2004).

Se por um lado temos a observância de novos rearranjos políticos-institucionais, em que uma nova agenda política vai ganhando corpo e atuação, que é esse caso das novas frentes de reinvindicações sociais e pressões populares para a agricultura familiar.

Há uma terra fértil para que a oposição tanto da parcela da sociedade quanto político-parlamentar em frear certos avanços nas discussões de um campo rural com menores desigualdades e acessar, sobretudo, recursos financeiros para seu processo de desenvolvimento.

É justamente nesse ponto que percebemos que a mudança nas estruturas é constante apesar de haver uma permanência dela. A dialética proporciona a compreensão dessa contradição quando os indivíduos marginalizados e excluídos da agenda governamental passam por incorporações a partir da atuação do Estado brasileiro, mas que na essência, continuam à mercê de decisões que cabem nas mãos de alguns pingados de pessoas consideradas importantes

Concordemos com Perin (2021, p.34) quando denota que "ocorrida a eleição de Lula em 2002 e que refletiu na criação mais efetiva de políticas e estruturas institucionais voltadas para esse seguimento fechou-se com a mudança de governo em 2016".

As mudanças percebidas pelos movimentos sociais e pressões populares pela vida digna no campo é notória, contudo, basta uma ruptura política para que se coloque em validação todo o aparato de mudanças.

Nesse campo, as trajetórias políticas das lutas sociais permanecem em evidência e níveis de importância, porém não conseguem frear a ação deplorável de seguimentos

institucionais que esperam brechas dentro das relações de poder perpetrada por ambiente notoriamente branco e hegemônico.

O golpe político sofrido por Dilma, engendra uma nova agenda governamental, liderada pelo considerado Centrão e grupos ligados a Direita brasileira e até podemos colocar que a extrema direito se aproveita dessa ruptura e quebra política para iniciar seu processo de fragilização interna, colocando em xeque até mesmo aqueles grupos políticos não tão radicais.

Com a mudança em 2016 há um processo de deslocamento de atividades que o novo governo federal inicia assim “essa categoria e todo o arcabouço ligada a ela para as margens da agenda política, esvazia suas estruturas e diminui seu orçamento”. (PERIN, 2021, p.34).

Os cortes orçamentários em seu desdobramento inviabilizaram recursos para continuidades nos programas de assistência técnica e extensão rural, o que impossibilitou os trabalhadores rurais acessarem através do apoio técnico orientações para aumento de produtividade e práticas agrícolas, reconfiguração de políticas já estruturas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Na redução das atividades da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o que afetou na sua capacidade de comercializar a produção dos agricultores familiares.

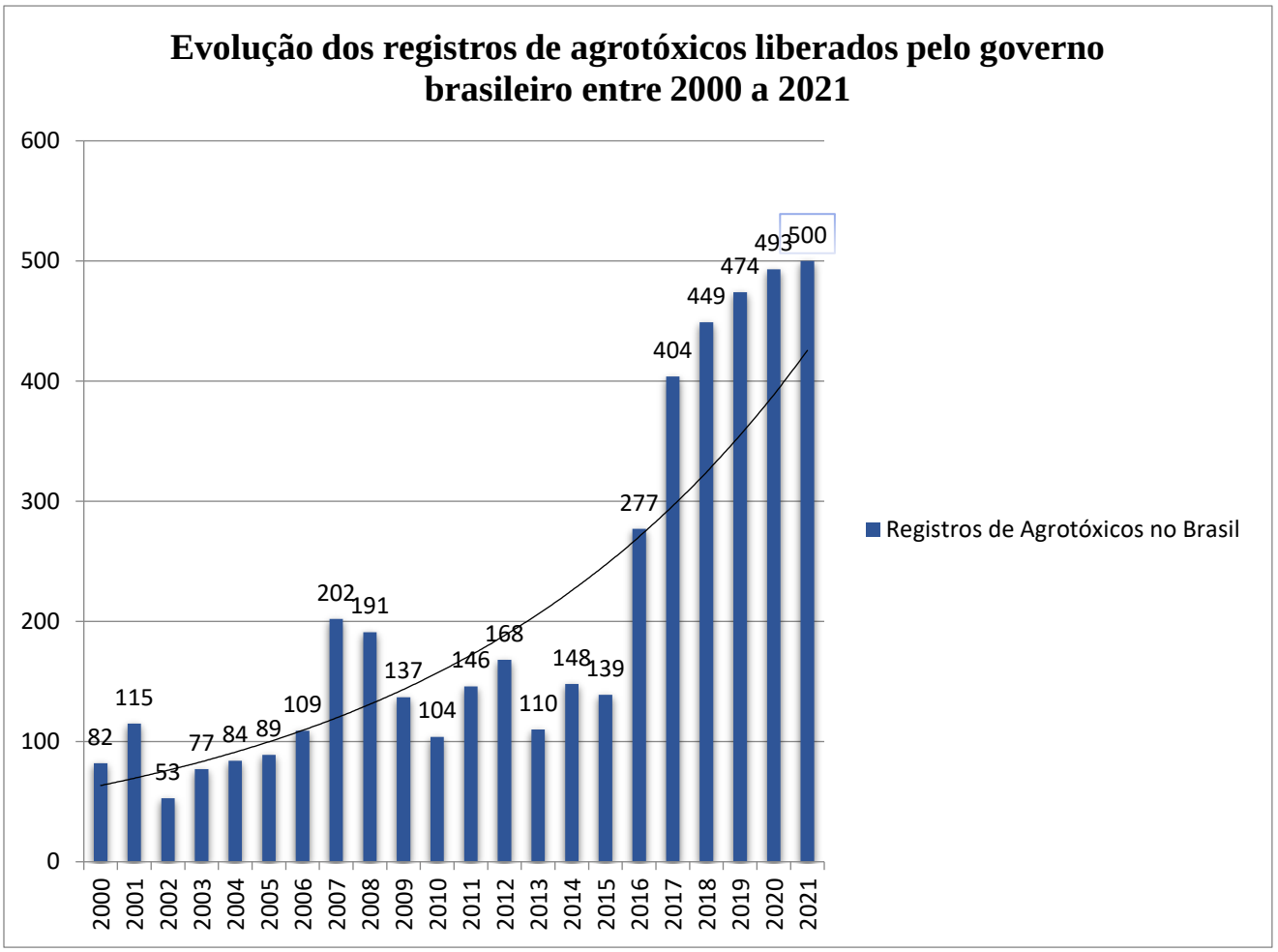
Sem contar com o processo de flexibilização de leis trabalhista, nova reforma da previdência. A falta de orçamento para agricultura família no que concerne acesso à créditos rurais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Com o resultado do impeachment verifica-se uma horda político-administrativo ganhando forma. Com a volta da direita ao poder via Michel Temer dar-se-á início ao uma onda de flexibilizações de leis que aos poucos sofrem um processo de desmantelamento.

Alguns desses casos podem ser verificados o aumento progressivo de liberação de agrotóxicos, sobretudo, impulsionados durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de agrotóxicos liberados entre os anos 2000 e 2021.

Gráfico 1: Registro de agrotóxicos liberados no Brasil entre 2000 e 2021



Fonte: Ministério da Agricultura, 2021
Org: Santos, 2022

A crescente demanda por liberação de agrotóxico atende a um seguimento da sociedade empresarial, com mais veemência no setor do agronegócio.

Essa alta demanda causa uma violenta forma de conflito agrário, pois os interesses empresariais se contrapõem ao que propõe a agricultura familiar, no qual um de suas bandeiras de luta é a soberania alimentar, agroecologia e produtos saudáveis a mesa do povo.

Podemos fazer rastreio dessas mudanças nas estruturas das políticas públicas quando percebemos a movimentação política para tais alterações e esse jogo se inicia a partir de mudanças partidárias. Dessa forma, Perin (2021) nos lembra como iniciou esse novo formato:

> "um novo formato político a partir de 2016, particularmente após o Vice-presidente Michel Temer assumir a presidência em substituição à Dilma Rousseff, afastada devido a aprovação do processo de impeachment. As decisões tomadas pelo então Presidente impactaram potencialmente a agricultura familiar, que vinha se consolidando na agenda governamental com políticas estruturadas. A primeira delas foi a medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que extingui o MDA

> e transferiu suas competências para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que passou a se chamar Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), criando então a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) para tratar de questões referentes à agricultura familiar, reordenamento agrário, desenvolvimento territorial e regularização fundiária da Amazonia Legal. (PERIN, 2021, p.40)

Essas peças movimentadas dentro do jogo político causa uma desordem temporária o que nos imputa o seguinte questionamento: como atender à uma parcela da sociedade, que por tantas vezes e por décadas são sucateadas e oprimidas, com tantos descaminhos e descontinuidades na gestão e estruturas de cargos estratégicos para atender as demandas?

Dessa forma, ao reestruturar os órgãos responsáveis pelo acompanhamento de políticas como PAA, PNAE, PRONAF, PRONAT e dentre outros ligados ao seguimento da agriculta familiar cria-se um processo de desarticulação e operacionalidade dessas políticas. Concordamos com Perin (2021) quando diz que:

> Essas alterações acabaram por reduzir o papel das secretarias e órgãos voltas à promoção desta categoria social e por desmontar equipes técnicas responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas em execução. Além disso, aqueles atores sociais representantes da agricultura familiar, que antes dialogavam com as esferas de governo, inclusive participando ativamente de diversas políticas públicas, perderam espaço de modo abrupto nas discussões políticas, que agora voltaram a ase concentrar para atender exclusivamente as demandas do agronegócio, fortemente representado no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). (PERIN, 2021, p.41)

Negar o processo de desmonte de inúmeras políticas publicas no Brasil recente é negar a história de um povo que luta pela desigualdade não somente econômica, mas de acesso a direitos básicos, de reconhecimento de um povo tradicional, de sua cultura, do modo que vive e reproduz a vida em seus territórios.

O desmonte e a desarticulação das políticas rurais no Brasil encontram um caminho possível para continuarem se ramificando, a negação que a agricultura familiar é importante para salvaguardar o meio ambiente, seus povos e tradições. Ao injetar diariamente por vias midiáticas a importância do agronegócio para economia do Brasil e mundial, sustenta a tese que "o agro alimenta o povo brasileiro".

Ora, essa afirmação corrobora para causar insuficiências e esvaziamento de políticas estratégias, haja vista que, se um determinado seguimento, o agro, é o responsável por levar alimento para o povo brasileiro, qual a necessidade de se dar assistência ao seguimento que o contrapõe?

2.2 As desarticulações da Política de Desenvolvimento Territorial no Maranhão

As políticas públicas são fundamentais para diminuir as desigualdades e levar acesso de maneira democrática para diferentes regiões do Brasil. O que ocorre é que, por mais que o Estado se esforce em operar uma determinada política e evidenciar os sujeitos que dela serão beneficiados, contamos com inúmeros fatores – externos e internos - que dificulta o seu processo de execução.

Esses fatores podemos aqui elencar como diferentes possibilidades, o que não excluem de ocorrer de forma simultânea ou isoladas, seja por uma desarticulação, descontinuidade, contradições e/ou econômicas, sociais, governamentais.

A leitura imprecisa desde a concepção, organização, articulação a própria execução contribuiu de maneira sistemática para que os desencontros entre quem beneficia fosse evidenciado e mostrando as fragilidades que o Estado possui ante – aqui lemos como o governo e suas instituições jurídicas administrativas – a quem é beneficiado.

Isso ocorre que, ao pensar determinada política o governo passa a construir diferentes mecanismo para sua execução como: estruturar secretarias executivas, criação de programas e projetos, recursos humanos e apoio técnico-científico. E, isso depende de uma série de fatores para serem operados incluindo, sobretudo, poder econômico.

Mas, para além da maneira prática de se fazer uma política e sua aplicabilidade é necessário integrar as múltiplas diferenças existentes entre cada beneficiário, ou seja, para acessar as políticas é necessário estar enquadrado e perfil adequado, um agricultor não irá acessar créditos destinados ao agronegócio, pois ele não se enquadra no perfil para acessar os programas existentes, por exemplo.

Dentro deste lugar de disputa e jogos de interesses há outro lado que pressiona e reivindica as políticas e com olhar atento, cobra do poder público os resultados esperados destas políticas, o que na prática muitas vezes não funciona, já que para existir resultados é preciso que a política esteja na prática, mesmo que minimamente, em funcionamento.

Com a força da sociedade civil através de militância, organização sindical, diversas entidades que lutam por direitos e asseguram os direitos humanos reivindicaram políticas públicas para a zona rural e políticas que pudessem de fato suprir as necessidades de cada localidade. Dessa maneira, nos primeiros anos do governo lula, primeiro mandato, houve através das entidades uma solicitação para o poder publico (MDA) a promoção de políticas de desenvolvimento rural.

O campo e os sujeitos subalternizados sempre foram um espaço marginalizado em que as demandas não eram atendidas, desde questões básicas como acesso políticas de saúde pública, escolas, centro de fomento a cultura, produção e escoamento. Falamos aqui de um olhar nacional para o que estamos debatendo, mas é importante se ater ao fato que o objeto de pesquisa que aqui estamos tratando possui um recorte empírico no estado do Maranhão em que as realidades locais também são fatores para que a política seja aplicada de forma que melhor tenha ordenamento territorial.

Na realidade maranhense, temos (aplicação da política nacional a nível loca) Maranhão, a aplicação da política de desenvolvimento territorial em diversos territórios rurais sendo um deles interesse desta pesquisa – Território Vale do Itapecuru. A compreensão da importância deste território será destrinchada ao longo do trabalho e numa compreensão inicial é importante salientar que as políticas públicas ao serem construídas perpassam por diferentes nivelamentos até ser finalizada.

No caso específico precisamos compreender a política motivadora que é uma política de desenvolvimento rural sustentável que está atrelado ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) conforme MDA (2005):

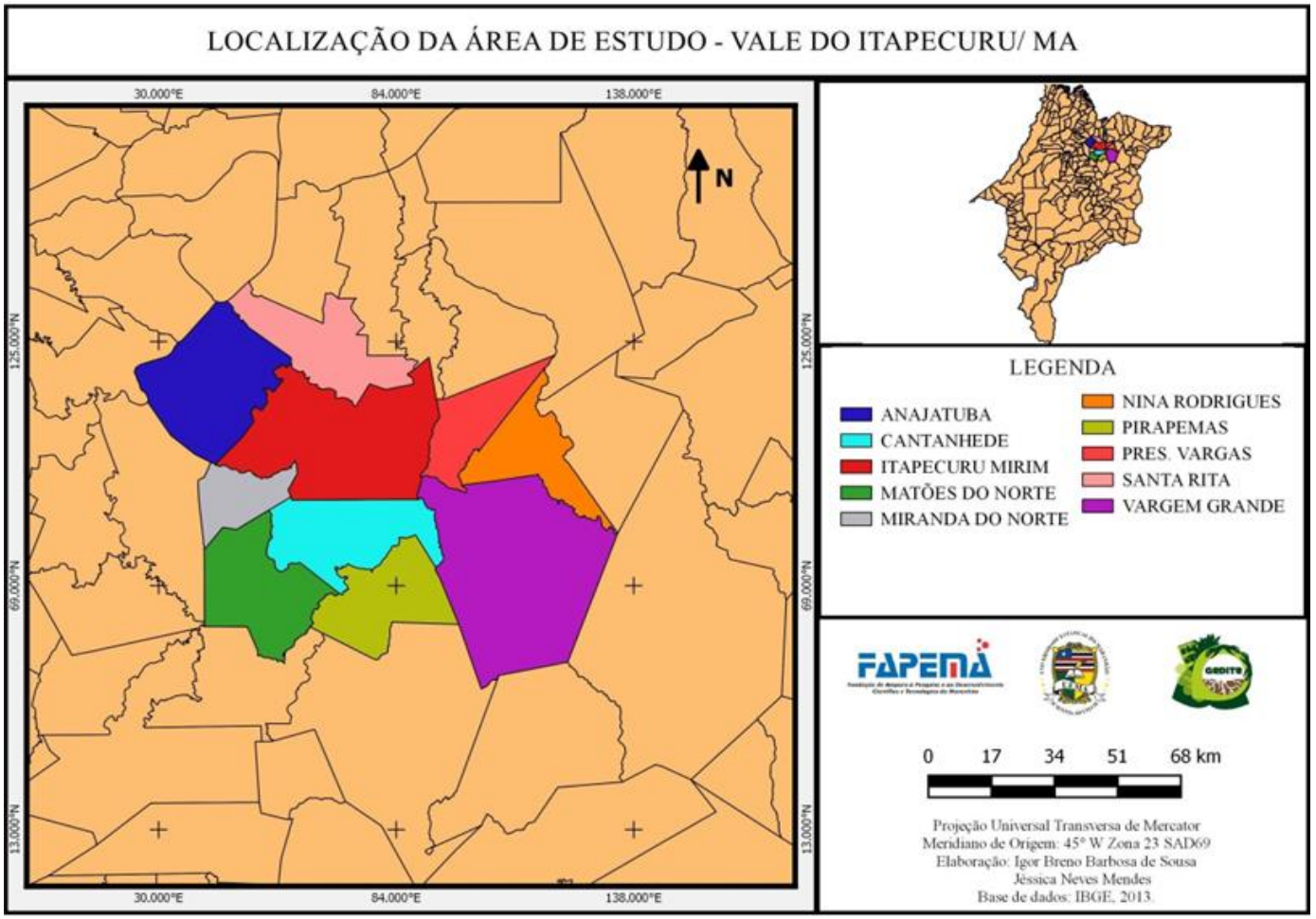
> Principal instrumento construído no ano 2004, de forma participativa pelo colegiado, em apoio à gestão social do desenvolvimento territorial. O PTDRS foi o primeiro produto elaborado pela sociedade civil, dando início às ações de desenvolvimento territorial. A responsabilidade técnica na elaboração do Plano foi da Planeja, de forma participativa, contando, especialmente, com a estrutura do Colegiado do Território. (MDA, 2005, p.4)

A participação civil, municipal, e de âmbito federal proporciona a legitimidade da atuação dos programas de desenvolvimento territorial, ou seja, com a elaboração e pensar as estruturas que irão compor os projetos em determinados territórios os chamados Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). Cada colegiado forma uma rede e no caso dos territórios atuantes no Maranhão formam a Rede Estadual dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial do Estado do Maranhão. (BRITO DE MIRANDA, 2012)

> Os colegiados territoriais elaboram seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PTDRS). Estes planos integram uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável. Essa nova visão de planejamento do desenvolvimento rural, voltada para o território, deriva da necessidade de articulação das políticas públicas, da formação de parcerias, de forma a viabilizar o alcance de objetivos maiores das políticas públicas, potencializando resultados e reduzindo desperdícios vinculados à superposição e à dispersão de esforços. (BRITO DE MIRANDA, 2012, p.125)

Esmiuçando o vale do Itapecuru temos o rio Itapecuru que dá nome ao território tendo influência na composição da bacia hidrográfica. Localizado na mesorregião norte maranhense e é composto por 10 municípios como apontado na figura 03. O território engloba uma área de quase nove milhões de quilômetros quadrados.

Mapa 2: Localização do Território Vale do Itapecuru-MA



Fonte: SOUSA, MENDES, 2015

O Território possui 268 mil habitantes no total sendo que desses 127.802 são populações rurais segundo o censo demográfico de 2010, o que demonstra que um dos fatores para que seja criado um território, ou seja, tenha números expressivos de pessoas que vivem na zona rural e desenvolvem atividades da agricultura familiar.

Além elevar a economia local, a criação e manutenção de um território promove a sustentabilidade, soberania alimentar, identifica as potencialidades e possibilidades de transformar o espaço.

O recorte temporal da pesquisa é necessário isso significa dizer que precisamos discriminar o recorte da pesquisa para entendermos a evolução e a queda desta política no território e no campo empírico do trabalho. Aqui estamos tratando entre a execução da política a nível local entre 2009 e 2010 sua ascensão entre 2011 e 2012 e seu processo descontínuo, 2013 e 2014 e desmonte das políticas públicas – 2015-2022 e sua retomada na agenda progressista 2023.

Até 2014 cerca de 69 projetos de reforma agrária foram desenvolvidos no território trazendo luz a importância que esse território tem na dinâmica local. Como possuem relações intrínseca**s** desde relações econômicas à população rural trazemos no quadro 03 a relação da população urbana e rural nos dez municípios que fazem parte do Território Vale do Itapecuru.

Quadro 3 - População Urbana e Rural dos municípios do Território Vale do Itapecuru- MA

Município	População (2010)	População Urbana	População Rural
Anajatuba	25.291	7.015	18.276
Cantanhede	20.448	12.956	7.489
Itapecuru Mirim	62.110	34.668	27.442
Matões do Norte	13.794	4.679	9.115
Miranda do Norte	24.427	19.519	4.908
Nina Rodrigues	12.664	4.439	8.025
Pirapemas	17.381	11.146	6.235
Presidente Vargas	10.717	4.581	6.136
Santa Rita	32.366	14.915	17.451
Vargem Grande	49.412	26.687	22.725
Total do Território	268.410	140.608	127.802

Fonte: IBGE, 2010
Org.: SOUSA, I.B.B de. Adaptado por SANTOS, 2022.

São mais de cem mil pessoas que vivem na zona rural no Território Vale do Itapecuru, representando 47,61% do total de pessoas que compreende os dez municípios.

Território que possui inúmeras diferenças sociais, culturais, religiosas e manifestações do cotidiano, mas que em comum, olham seu local de vivência como meio de reprodução social e por vezes atrelado a resistências e sobrevivências.Utilizando o solo como um vínculo e extensão do seu território. Como apontado por dona Luzia de Pindoval.

Com a criação de políticas publicas relacionadas ao desenvolvimento territorial adota-se uma prática de interlocução com diferentes secretarias executivas, gabinetes, ministérios para que haja uma maior gama de integração entre as necessidades dos sujeitos– como saúde envolvendo secretarias de saúde local e ministerial – questões ambientais mobilizando secretarias estaduais de meio ambiente e órgãos federais e assim sucessivamente.

Nesse sentido, ao mobilizar diferentes setores públicos temos por consequencia investimentos maiores em todas as áreas o que gera mais dinheiro circulando para aplicação dos projetos. Dentro dos territórios também há divisão monetária para execução dos projetos e o município de Itapecuru Mirim recebeu sozinho 49% dos valores investidos para execução de planos de atividades, criação de projetos produtivos, compras de materiais e construção dos projetos.

Os investimentos no território variavam desde implantação da Casa do Mel em Anajatuba à melhoramento genético no município de Cantanhede quando o projeto Abatedouro de Caprinos foi desenvolvido, mas que nunca funcionou por falta de demandas.

Percebe-se que a construção e processo participativo da idealização de um projeto produtivo que crie redes e interliga os diferentes municípios funcionou em partes, haja vista que, mesmo com os projetos em funcionamento como a Casa do Mel, ainda é necessário maiores investimentos e acompanhamentos dos trabalhadores rurais.

Vejamos, uma das desarticulações identificadas é a situação de Cantanhede, município que recebeu investimento cerca de 500.000 mil reais para conclusão dos projetos que versavam sobre melhoramento genético e construção do abatedouro, mas o município e o próprio território não possuíam grandes demandas para a necessidade desse projeto, talvez esses desencontros institucionais entre prefeituras, necessidades dos trabalhadores e demais participantes do colegiado pudessem ser evitados e revistos.

Os desencontros e descontinuidades da política calcificou a esperança de melhorias nos trabalhos diários em Miranda do Norte. As desarticulações identificadas, como a não conclusão da fábrica de ração e a não construção da agroindústria de farinha. Esses elementos centrais demonstram que mesmo os incentivos e apoio que emergiram ainda nas décadas de 1990 na tentativa de superar as desigualdades no campo brasileiro, pouco se avançou na maior problemática: a continuidade de políticas que são pensadas para minimizar a pobreza rural.

Com as contradições que são inerentes nas proposições de políticas públicas, percebemos a fragilidade no que tange os interesses de quem está do lado do poder público. Ainda que seja uma política de cunho territorial, não está totalmente desvinculado dessa nova operacionalização de política o lado economicista herdados de políticas antigas (1950/60/70).

Brito e Miranda (2012, p.72) “contudo, no Brasil as políticas de desenvolvimento direcionadas ao meio rural são marcadas pelo viés economicista/desenvolvimentista sendo profundamente limitadas ao setor agrícola produtivo.

Dessa forma, é preciso compreender que mesmo havendo participação da sociedade civil houve processos de correlação de forças que influenciaram nos projetos a serem financiados e escolhidos.

Mattos Júnior *et al* (2019, p.128) reforça que as mediações e forças por parte do poder público eram fatores importantes para que o projeto tivesse andamento ou aprovação "ou seja, o peso na aprovação dos projetos pensados passava pela força dos secretários participantes como representantes formais do poder público no colegiado territorial e dessa forma o pensamento setorial ainda se sobressai na aprovação das estruturas".

Nessa perspectiva temos também Favareto (2006, p.16), o autor coloca que "apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas e na mobilização dos sujeitos".

Ao analisarmos a participação social para a formulação dos projetos produtivos em Miranda do Norte a partir de 2009/2010, Narlene Belfort, ex-secretária de finanças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Miranda do Norte (STTR) gestão em 2018 nos faz refletir a distância entre a participação e efetivação dessa participação dos agricultores familiares durante a participação no CODATER.

> "Apesar de terem sido composto representantes tanto do governo federal e poder municipal na época, e termos lotado o espaço do sindicato durante várias reuniões, parecia que era um espaço vazio. Alguns iam porque um outro trabalhador o convidava, mas não tinha muito conhecimento do que iria fazer ali exatamente. Talvez para construção desses momentos faltou mais força do estado em dar suporte para que a gente pudesse fazer com que mais pessoas lutassem pelos projetos em Miranda" (Narlene Belfort, 2022)

Os trabalhadores rurais são sujeitos reais que lutam e labutam na terra para o sustento das suas famílias. No município de Miranda do Norte são mais de 4.000 pessoas que vivem na zona rural e que necessitam de políticas assistencialistas e são acompanhados pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Miranda.

Esses sujeitos tiveram uma esperança com a chegada dos projetos produtivos ainda em 2010. Um sonho como costuma falar dona Luzia de Pindoval. A fábrica de ração e a Agroindústria de Farinha era a concretização de uma vontade antiga, ter uma produção de farinha que pudesse tirar o peso dos braços dos trabalhadores tão cansados dos anos na roça.

A presidenta do STTR de Miranda do Norte, Dona Maria Graciete Fonseca é uma mulher que luta dentro do movimento sindical, criada na comunidade Pindoval tem uma relação de profundo amor com o território onde reproduz seu modo de vida como lavradora. Teve início na vida sindical ainda na juventude quando buscou auxílio do sindicato para garantir os direitos de auxílio maternidade, virando sócia.

> "Após alguns anos me conheceram viram minha popularidade na comunidade e me colocaram como diretoria. Entrei no sindicato no dia 25 de maio de 2005. Me identifico com a classe, sou trabalhadora rural e sobrevivo da roça e mesmo sendo presidente do sindicato eu ainda tenho a minha roça. Busco meu sustento na roça" (Maria Graciete Fonseca, 2022)

A descontinuidade da política pública e como efeito uma desarticulação a nível estadual no Maranhão muitos trabalhadores tentaram rever a situação dos projetos, sobretudo, a Fábrica de Ração já que se localizava na sede municipal. À época o projeto para não ser perdido totalmente ficou sob resguardo da associação local com novo nome "Casa do Agricultor Familiar", mas como dentro da desarticulação nível estadual sofreram novamente com a ineficiência do poder local.

Com a falta de apoio e recursos técnicos e estruturais do local a associação não pode continuar mantendo o espaço. A figura abaixo durante as visitas a campo é datada de 2018. Na ocasião, a visita aconteceu mediante auxílio do corpo diretor do STTR daquele ano.

Figura 1: Projeto Fábrica de Ração - 2018

Fonte: Própria Pesquisa, 2018

Atualmente, as políticas acessadas pelos trabalhadores rurais não respaldam atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento territorial segundo informações do Sindicato de trabalhadores rurais de Miranda do Norte.

Até o presente momento desta pesquisa os acessos dos agricultores/ lavradores concernem a políticas como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional Alimentação Escola. Não se obteve dados concretos e números por cada programa.

Todos os caminhos levam para reflexões de como se fazer uma política que possa passar por processos estruturantes e sem haver descontinuidades pelo caminho – partidário, governamental e orçamentário.

3 O INICÍO E O FIM DE UM SONHO: OS PROJETOS PRODUTIVOS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM MIRANDA DO NORTE-MA

Nesta seção intitulada O início e o fim de um sonho: os projetos produtivos como instrumento de desenvolvimento territorial em Miranda do Norte-MA abordaremos a realidade do campo empírico da pesquisa.

Mostraremos como os desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais e seus desdobramentos para continuar no campo, ou como chamam – na roça. Com referencial teórico a partir das evidências trazidas por Fernanda Corezola (2009) em seus estudos sobre desafios da governança territorial.

Aqui traremos relatos a partir das entrevistas realizadas durante os quatros campos realizados com falas da Dona Luzia de Pindoval, do jovem trabalhador rural Dionatan Miranda e Narlene Belfort.

Dados quantitativos se fazem importante nesta seção pois auxiliará na compreensão das atividades produtivas no município através dos dados obtidos via SIDRA do IBGE (2023).

3.1 Os desafios dos trabalhadores rurais e a luta pela agricultura familiar no povoado Pindoval

A problemática central da pesquisa está pautada em compreender de que forma os processos que envolvem as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dinamizam ou dificultam a execução de projetos produtivos.

A compreensão que os desafios nas comunidades não é uma problemática que se inicia ali, mas, através de forças de estruturas de cima, apesar de na teoria ter elementos participativos de todas as instancias a prática não envolvem todos os sujeitos para construção participativa desde as primeiras formulações a utilização do que os projetos de infraestrutura possam permitir. Corezola *et al* (2009):

> A governança territorial se expressa na capacidade, dos atores sociais dos territórios, de realizar a gestão social, ou seja, na capacidade das pessoas e delas, em ação social, gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil. A capacidade de análise e proposição de alternativas para enfrentar os desafios que estão postos, seja a sustentabilidade da estratégia de desenvolvimento rural com enfoque territorial, seja por programas específicos que apoiam esta estratégia, seja da própria institucionalidade do Colegiado Territorial, é um indicador não somente da disponibilidade do capital humano e social em si, mas das condições para uma efetiva governança territorial. (COREZOLA *et al*, 2009, p..90)

No caso deste trabalho, dois projetos produtivos criados a partir da política de desenvolvimento territorial rural Territórios da Cidadania foram escolhidos para serem analisados dentro desta perspectiva.

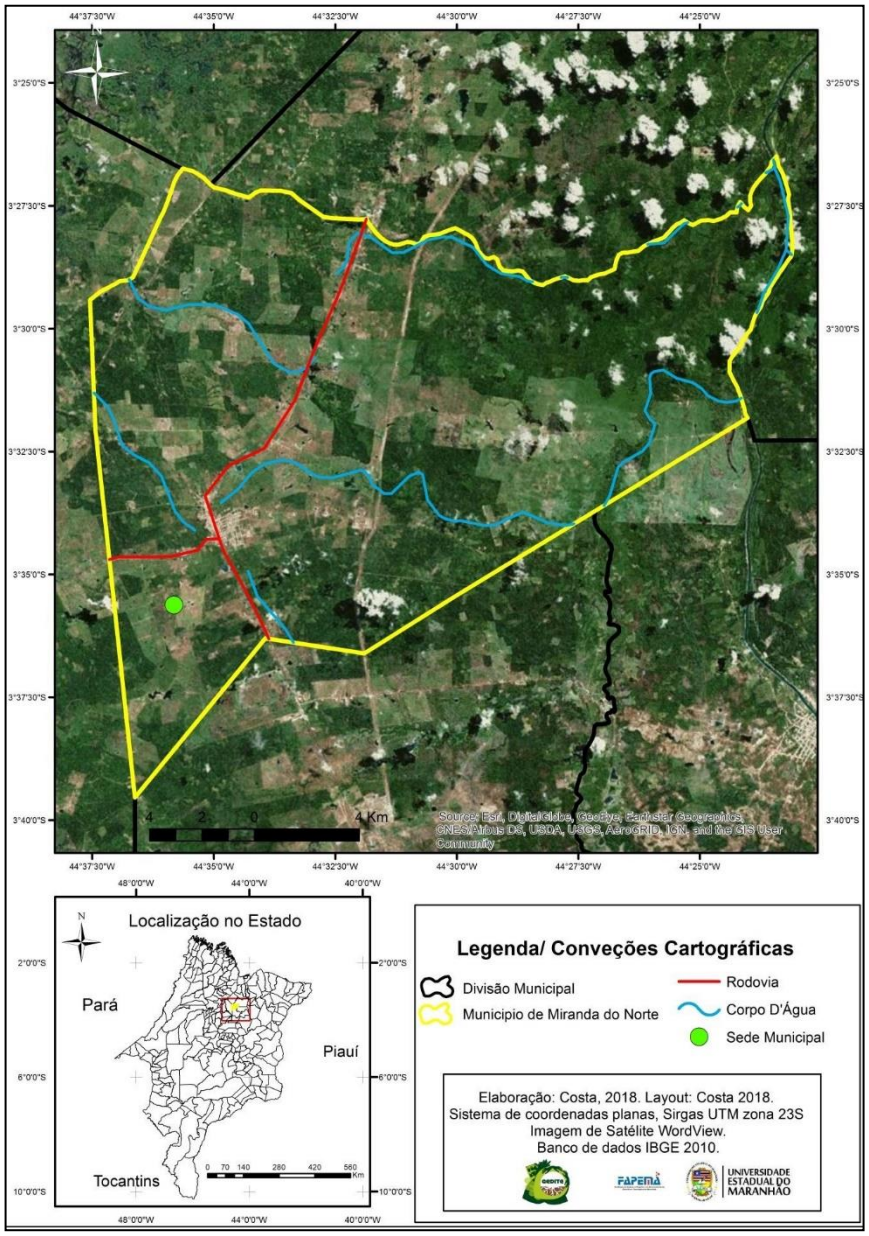
Construindo seu processo participativo e atrelando as participações no que concerne a construção coletiva de uma política, temos os projetos que foram pensados e elaborados para atender uma demanda já existente dentro de Miranda do Norte. Os projetos desenvolvidos com o fim de diminuir o trabalho braçal dos trabalhadores rurais, dar dinamização para a produção

de farinha e rações para criação de animais foram um importante instrumento e conquista para os trabalhadores rurais exercerem, na teoria, suas atividades enquanto agricultores familiares.

Os projetos produtivos adotados como parte da política e programa territórios rurais e da cidadania foram a Agroindústria de Farinha e Fábrica de Ração, concebidos em meados de 2010 tendo uma ampla participação popular na construção e levantamento das necessidades, como local central para receber os projetos, maquinários necessários e demais.

Conforme o censo agropecuário demonstra que em 2010 – ano que inicia a execução da política de desenvolvimento territorial no território vale do Itapecuru – a participação da agricultura familiar no produto interno bruto foi de 7%. O município em si tem uma alta expressividade na produção de mandioca, o que faz importante a escolhe de uma fábrica de farinha.

Mapa 3: Localização Geográfica de Miranda do Norte



Fonte: IGBE, 2010
Org.: COSTA, 2018

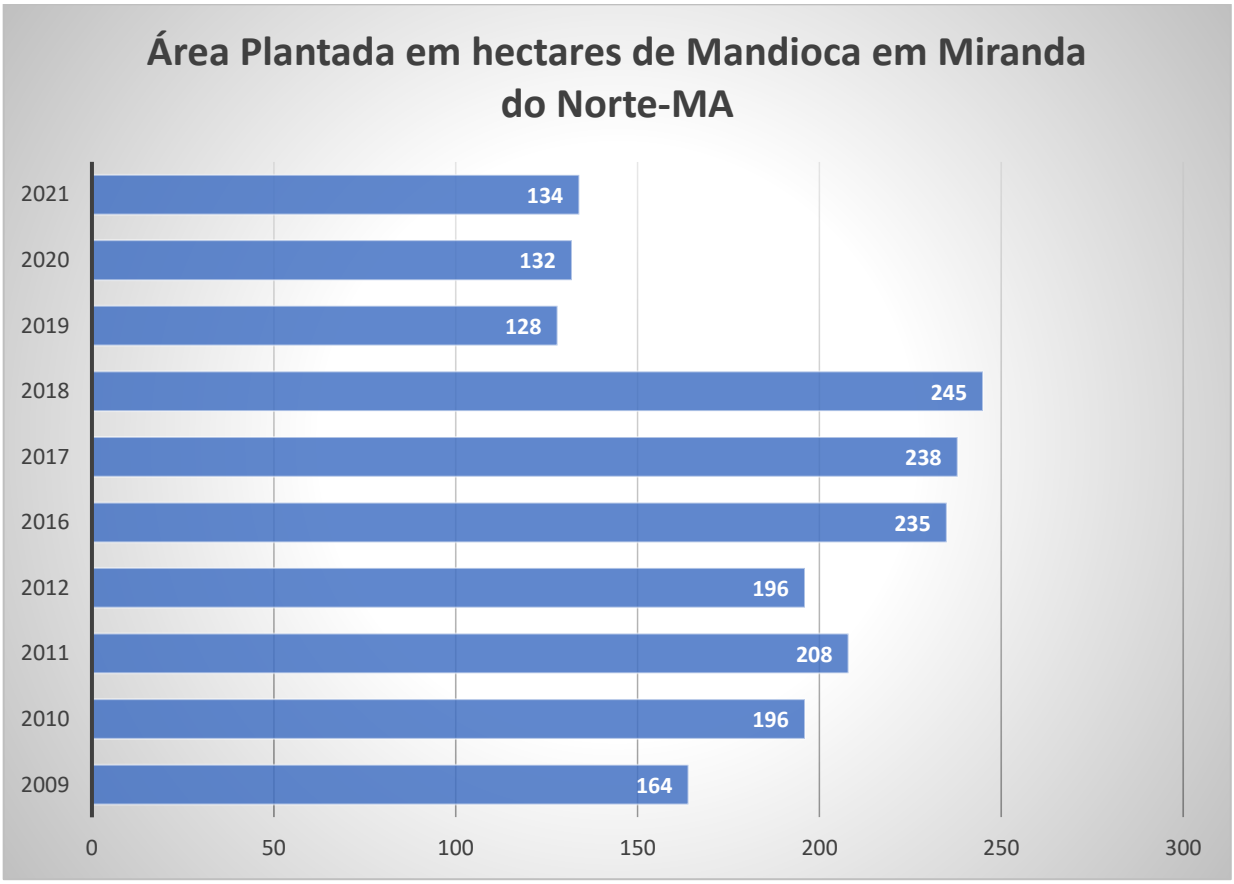
A escolha dos projetos segue a diretriz de estratégia territorial do MDA, pois é através da construção e elaboração de estratégias envolvendo as diferentes secretarias executivas é que um projeto, dentro da política territorial, ganha forma. Os projetos aplicados em Miranda do Norte, assim como objetivos da política em si, possuem o intuito de, além do benefício da própria política, gerar emprego e renda.

Após as reuniões dentro da composição do colegiado territorial do território as demandas são recolhidas e analisas pela parte que cabe ao poder público e essas demandas atendem justamente as necessidades reais dos trabalhadores rurais. Esses projetos concluídos

significaria a vitória da voz popular e ela foi gritada até certo ponto, contudo as desarticulações entre os tempos de elaboração, execução foram fatores decisivos para que ambos os projetos não funcionasse ou se quer foram iniciados, como a Agroindústria de Farinha.

A fábrica de mandioca ou Agroindústria de mandioca foi idealizada para beneficiar uma cultura muito produzida no município – mandioca. Temos melhor visualização com o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Gráfico da área plantada de Mandioca por hectares.



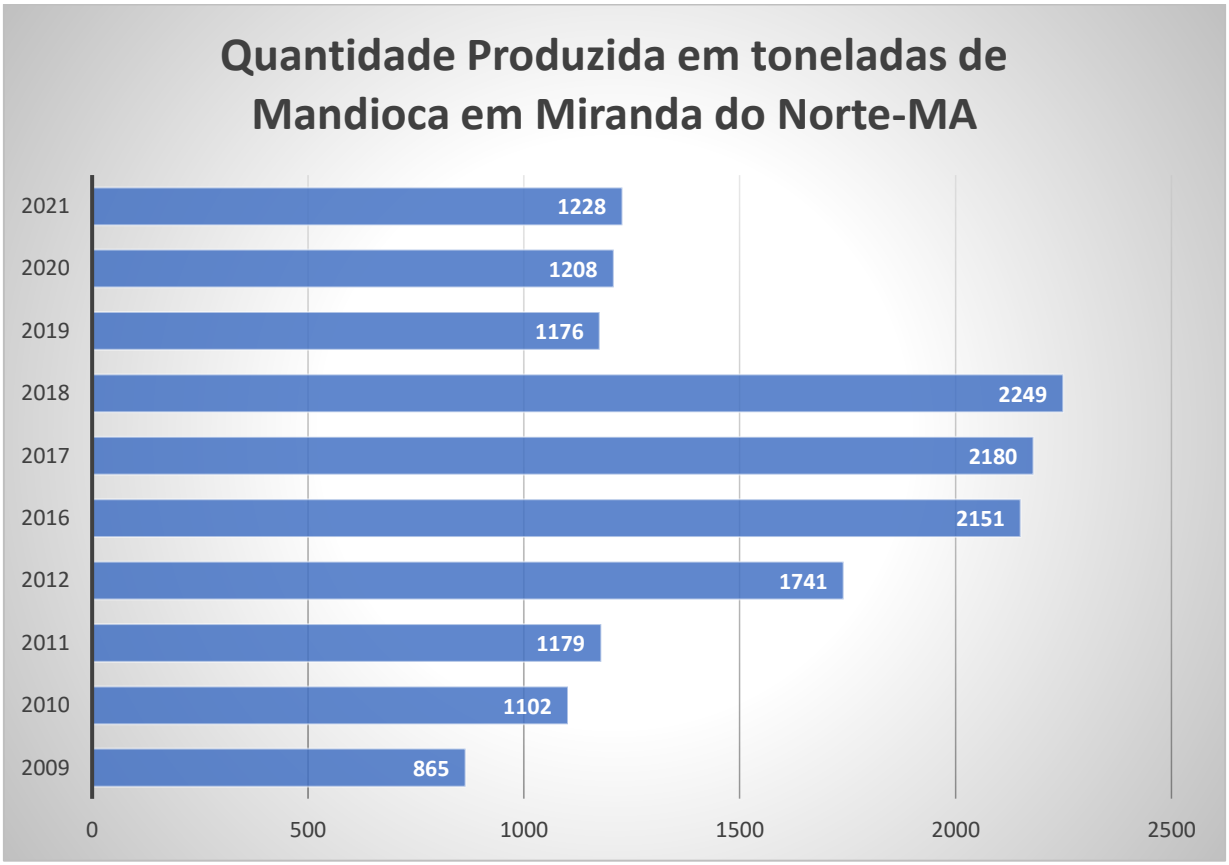
Fonte: IBGE, 2023
Elaboração: própria autora

O período coletado para compor o gráfico data do início das articulações para os PROINF's em Miranda do Norte, observamos que entre 2009 e 2011, período em que foi gerido intensos processos de reuniões dentro do Colegiado Territorial, houve aumento na quantidade de hectares e isso é reflexo das mobilizações realizadas na época, pois se existe um projeto a ser executado, Agroindústria de Farinha (figura 1), há interesse social para alavancar sua produção.

Havendo relação entre a quantidade de hectares plantadas da lavoura temporária, Mandioca, com a quantidade produzida em toneladas, tendo destaque para os anos 2009 onde a

quantidade produzida era inferior a mil toneladas. O que demonstra no gráfico 2, é o aumento entre 2009 e 2012.

Gráfico 3: Quantidade Produzida em toneladas de Mandioca.



Fonte: IBGE, 2023
Elaboração: própria autora

Quando trazemos a expressão desencontro, descontinuidades, desarticulações trazemos também a profundidade que uma política não operada corretamente acarreta na vida da população local influenciando, inclusive, na econômica local.

A verba para execução da política – projetos produtivos – advém do acordo firmado do poder publico com o banco pulico – Caixa Econômica Federal (CEF). A paralisação da obra da Fábrica de Ração foi embargada pela CEF por não cumprimento contratual da empresa responsável pela execução técnica do projeto. A pesquisa não teve acesso a empresa responsável, o que dificultou a compreensão maior dessa desarticulação entre poder publico e empresariado.

As demandas do projeto produtivo para produção de ração não era somente uma demanda local, ou seja, que atendesse aos interesses dos trabalhadores somente de Miranda do Norte, mas uma demanda advinda dos demais municípios do território e isso foi um fator de frustração para os trabalhadores rurais.

Os embargos da CEF estavam relacionados ao não adequação da fábrica ao que foi idealizado como, por exemplo, os equipamentos para que pudesse funcionar o projeto não estavam apropriados ao tamanho da construção, mesmo que existisse recursos disponíveis que atendesse as demandas necessárias para sua construção, de acordo com a secretária de finanças do sindicato dos trabalhadores de Miranda do Norte a época em que o estudo desses projetos era de iniciação cientifica – 2017/2018.

Os desencontros e descontinuidades podemos também pensar como sendo a necessidade de uma classe que foi atendida mas a prática dela não foi executada e os entraves a ela projetados são de inúmeras naturezas – seja por incompetência de gerenciamento dos órgãos públicos à falta de organização social para pressionar o poder publico local.

O início de um sonho: ter uma agroindústria que pudesse processar de forma mecanizada a mandioca era a expectativa que a comunidade Pindoval, formada por cerca de 50 famílias de agricultores e lavradores, tinha, não somente ela, mas o município e as outras nove comunidades e quilombos que seriam beneficiados pelo projeto.

As mãos cansadas e a idade avançada de muitos moradores da comunidade já não permitem mais trabalhar com tanto labor nas suas linhas de roça, como disse dona Luzia, moradora e uma das articuladoras de projetos que movimenta seu território. A luta pela sobrevivência e a esperança de dias melhores motivam pessoas como dona Luzia a continuar acreditando nas políticas que chegaram, com tanta demora, em Miranda do Norte. Mesmo que o local que seria construído o projeto atualmente opera outro empreendimento, conforme a figura 2 abaixo.

Figura 2: Local que receberia a Agroindústria de Farinha em 2010

Fonte: Própria autora, 2022.

Os desafios enfrentamentos pelos trabalhadores rurais variam de acordo com a realidade que vivem. Apesar de estarem no mesmo território, possuem características singulares de cotidiano, social, econômico.

A dificuldade de acesso as suas áreas de plantações também é uma problemática que os moradores de Pindoval enfrentam há décadas, alguns, como Dona Luzia precisam se deslocar cerca de três a quatro quilômetros e quando as estradas que dão acesso as suas linhas estão trafegáveis.

Em períodos de chuva, as estradas formam um lamaçal que dificulta o acesso a certos pontos das lavouras e sem carros adequados para levar e trazer os materiais necessários ou as colheitas feitas, eles contam com a forma comunitária de ajuda e apoio entre moradores.

As duas seções que compõe o capítulo quatro abordarão os processos organizativos que os trabalhadores rurais têm em relação as suas atividades no campo e como os desafios a partir da não existência dos projetos produtivos os incumbiram de ser articularem internamente para que suas atividades cotidianas continuassem a ser desenvolvidas mesmo sem o aparato da

política pública.

Pensar a política de desenvolvimento territorial é compreender que ela não teve tempo de maturação suficiente para que pudessem criar mecanismos resistentes e continuar efetivamente. São menos de vinte anos entre a sua concepção e processo de desmonte (2003-2016-2022) e pensar uma nova ótica de atuação levando em consideração o que não deu certo e assim promover outro debate que diálogo com os interesses de quem está na comunidade promovendo suas atividades cotidianamente e que precisam de auxílio e subsídios para que elas possam garantir não tão somente seu sustento, mas permitir viver dignamente.

3.2 As várias resistências das comunidades inseridas nos projetos produtivos em Miranda do Norte-MA

Olhos pretos acastanhados, cabelos grisalhos, mãos enrugadas e com calos velhos, negra, estatura baixa, semblante de cansada, sorriso tímido e potente. As palavras descrevem dona Luzia de Pindoval, mulher negra, lavradora e que carrega nos braços muitas filhas que não pariu.

Luzia de Pindoval como é conhecida é moradora da comunidade Pindoval, que dista quase 22 quilômetros da sede de Miranda do Norte, e tem 74 anos, não nasceu na comunidade, mas mora há mais de quarenta anos, sobrevivendo e reproduzindo seu modo *meio cabocla* como falou durante a entrevista presencial em 2022.

Viu a comunidade se desenvolver, das casas de palhas e de adobe para construções de tijolos e vários empreendimentos. Os comércios, as padarias, as lojas pequenininhas como denominou hoje fazem parte da vivência de mais de 100 famílias da comunidade. Os números exatos não se encontram, nem na voz da Luzia tampouco em dados oficiais do município ou IBGE.

Uma comunidade que nasceu e se desenvolveu na BR 222 e que já viu centenas de milhares de caminhões carregados de grãos passarem bem na sua porta e todos os dias outras tantas centenas de vans e carros pequenos chegam e saem de lá. Traz o povoado e leva o povoado para Miranda e adjacências.

Maria Graciete, Dona Luzia, são figuras importantes para compreensão da forma como a comunidade resiste e quer resistir para que seu roçado continue tendo vida e que o arroz, o feijão, mandioca possam chegar às suas mesas diariamente. Quando uma política pública encontra um descaminho, muitos caminhos são deixados de existir, ou seja, a descontinuidade da política de desenvolvimento no Maranhão impossibilitou que a produção local, numa

comunidade pequena, pudesse impactar a vida do lavrador e agricultor.

Apesar de reconhecer a importância do que o meio rural é para a produção no Brasil como bem aponta Paulino (2006, p.276) “a produção camponesa é fundamental para o abastecimento do mercado interna, as políticas públicas tendem a ser encaminhadas de modo pontual, a fim de amenizar as contradições para que esse frágil equilíbrio seja preservado”. Percebe-se que as contradições entre esses processos (re)produzem um vazio entre o Estado e sujeitos.

Assim, temos que ao não produzir diferentes articulações entre as várias governanças que compete na criação de políticas públicas há um desencontro, e isso promove uma trama de interesses particulares e por outro lado uma luta de uma classe que não é a dominante.

Ao questionar como era o dia a dia, dona Luzia relata que “hoje em dia não trabalho tanto como já fiz tempos atrás” e aborda a dificuldade de ser mulher no trabalho de roça. A resistência de dona Luzia promove um emaranhado de reflexões, pois até 2018 não possuia uma área de terras e dependia de familiares e vizinhos de roça para produzir seu sustento.

A conquista da terra veio através de uma doação de uma pequena área, que também não sabe quantificar o seu tamanho, e essa área hoje é de uso comunitário com mais três famílias e fica quase sete quilômetros de Pindoval. Lá eles desenvolvem a criação de peixes em açudes, plantam mandioca, arroz e feijão e hortaliças.

O modo de vida na zona rural ganha outra perspectiva de tempo e senso comunitário, o que é produzido não fica somente para as famílias, mas é dividido entre sujeitos da comunidade e a troca fortalece o território. O tempo lento reproduz um modo de vida simples e forte, dona Luzia coloca que:

> Onde eu vivo e onde mais pessoas vivem, meus vizinhos e parentes, todos podemos comer da mesma plantação e o mesmo peixe. Eu tenho uma coisa e não fico só pra mim essa coisa e isso penso que me deixa mais forte. Hoje em dia é muito difícil ser assim.

Dona Luzia abdicou uma vida para dar vida a comunidade que o acolheu e sendo uma mulher religiosa, da igreja católica, e devota de Maria e de São Miguel. Tem uma fé grandiosa e recorre a ele sempre que precisa de intervenção divina.

Relatou durante nossos três encontros para tratar da pesquisa, que o seu marido sofreu um grave acidente na roça em 2019, o boi o atacou e ele precisou ficar meses acamado, impossibilitando que continuassem seus trabalhos na roça.

Precisou, além da fé, da ajuda dos filhos para que pudessem ter recursos financeiros para viver do básico e do apoio da comunidade. Atualmente, ele não pode mais exercer atividades na lavoura ou fazer grandes esforços devido ao acidente.

Após esse processo difícil e ainda sem acesso a políticas de assistência, somente o de aposentadoria, ela precisou introduzir uma nova renda familiar. A figura abaixo durante a última visita na casa de dona Luzia ela estava investindo em um pequeno comercio para que pudesse vender tanto o arroz, feijão e hortaliças produzidas na roça quanto demais produtos substanciais para outros moradores da comunidade.

Figura 3 : Casa da Dona Luzia de Pindoval

Fonte: Própria pesquisa, 2022

Essa é uma das tantas formas de resistência da comunidade frente as desarticulações e descaminhos de uma política, ainda há um grande vazio nos corações, pois ainda é motivo de esperança de um dia ter o projeto de agroindústria em Pindoval.

Além de lavradora, dona de casa e empreendedora Luzia é presidente da Associação Clube de Mães de São Miguel, clube este que foi fundado em 2008 através de uma necessidade

vista pela Luzia.

No primeiro momento o clube era um espaço que funcionava como creche onde mães que não tinham como cuidar dos seus filhos devido aos trabalhos e idas para roça deixavam sob cuidados dela.

Com o passar dos anos o Clube de Mães se transformou em um local de reuniões periódicas com objetivo de promover trocas e saberes entre as membras. Até 2022 cerca de 30 mulheres eram sócias e faziam uma contribuição simbólica de dois reais para ajudar com alguns materiais como cadernos, canetas, lápis.

> Antes de 2020 a gente tínhamos mais de 50 mulheres sócia, mas algumas foram indo embora, como a vizinha que foi pra Brasília, outras não quiseram mais estar aqui e algumas pela idade avançada já se foram. As de velhice eram senhoras bem velhas as outra foi de covid mesmo.

Após a não concretização da Agroindústria de Farinha os trabalhadores rurais se viram abandonados, houve à época uma pressão para que o projeto saísse de fato, mas o retorno não veio. A casa de farinha, como também é chamada auxiliaria os trabalhadores rurais, não somente de Pindoval, a ganharem mais tempo com o beneficiamento, pois o seu processo seria mecanizado.

Os meses e anos se passaram, até que entre 2014 e 2017 a comunidade se via diante um dilema: o envelhecimento era um alerta e sem uma política pontual de sucessão rural, fazia que os jovens optassem por procurar empregos na cidade e em outros municípios.

Dessa forma, dona Luzia de Pindoval inicia um processo quase que braçal de articular entre a prefeitura de Miranda do Norte atividades para a comunidade. Assim, promoveu reuniões na sede do Clube de Mães de São Miguel para discutir com a comunidade formas de trazer capacitações que fossem significativas e pudesse impactar a vida dos jovens rurais.

Nesse sentido, entre 2014 e 2015 através de apoio da prefeitura trouxe para Pindoval cursos básicos de informática e manejo de hortaliças. Esse primeiro momento de capacitação movimentou mais de 20 jovens, mulheres e homens.

> Eles gostaram muito, muitos jovens se interessou mesmo e isso foi bom porque muitos depois falou que iam buscar mais cursos na

> cidade. As mulheres que fez também algumas tiverem mais facilidade em mexer.

A busca por meios de diminuir o impacto da falta de assistência do Estado promoveu uma articulação local e integrou mais de 20 pessoas a possíveis mercados de trabalho.

Apesar do apoio da prefeitura em contribuir com os instrutores e disponibilizar material de estudos, ainda não era suficiente, pois, era necessária uma estrutura física e com equipamentos adequados para que houvesse mais êxito e eficiência.

A segunda etapa de cursos contou com curso de Doceria e Cabeleireiro. Segundo a presidente da associação esses eram os mais aguardados, pois houve muita procura após os primeiros cursos ofertados.

Iniciado em 2016, os cursos possibilitaram a comunidade acessar cursos profissionalizantes que gerassem impacto local. Perguntado a dona Luzia como foi esse período ela nos disse que "foi um ano bom, muitas mulheres iniciaram em casa a fazerem doces e vender, faziam bombom caseiro, bolos".

Dona Luzia, relatou com brilho nos olhos esse processo de articulação que teve com a prefeitura de Miranda, contou animada que algumas pessoas foram embora de Pindoval mas que a partir do curso realizado estão trabalhando em outras cidades em salões de beleza.

> Os curso foram bons até teve algumas mulheres que foram para Brasília e lá tão trabalhando em salão de beleza, tudo isso com a graça do curso anos atras.

Resistencia vem do verbo Resistir e que encontra a sua origem etimológica no verbo latino *resistere*, que significa "ficar firme", "aguentar". As várias resistência de uma comunidade, um território, um espaço aguentam firme as várias intempéries do tempo e do desmonte de uma política. A comunidade Pindoval é símbolo de luta através do poder dos sujeitos que vivem e que possuem uma relação profunda com o território.

3.3 Pensando uma velha política sob novas perspectivas: quais os caminhos?

A política de desenvolvimento territorial teve boa receptividade, conseguiu através da institucionalidade dos colegiados territoriais movimentar e articular diferentes atores sociais, poder público nas esferas federais, estaduais, municipais.

Contudo, se tornou insuficiente, com um pensamento e prática de que todo território se fundamenta igualmente e não considerado múltiplo e diverso a política teve desdobramentos que ocasionaram na sua não operacionalidade. Visto que para:

> A qualificação política, técnica e institucional da representação da sociedade civil e do poder publico para atuarem nestes novos espaços requer um aprendizado fundamental para convivência com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses, em grande parte, divergentes e diversos. (COREZOLA, *et al*, 2009, p.90)

Pensar uma nova perspectiva para que, com atual governo federal Partido dos Trabalhadores (PT), possa retomar as discussões de políticas territoriais é preciso considerar o que foi promulgado ainda em 2008 quando se estava estruturando programas de territórios e efetivar uma discussão que paute os interesses dos territórios e sua multidimensionalidade.

> - Diversidade de estratégias metodológicas dos diversos órgãos do Governo Federal que atuam no programa;
> - Pouca participação e envolvimento de gestores públicos nas ações territoriais;
> - Dificuldade de realizar o controle social das ações territoriais;
> - Fragilidade do processo de formação dos atores públicos e da sociedade civil dos territórios e
> - Dificuldade de garantir a sustentabilidade de institucionalidades e da estratégia de desenvolvimento territorial;

Pensando uma velha política sob novas perspectivas é compreender que os caminhos que já foram traçados ainda são pontos que devem ser considerados para continuar a discussão.

Quando falamos em contradição é justamente nos objetivos e composição da política territorial que não foram considerados durante sua aplicabilidade. Os interesses e jogos políticos, ou seja, contrariando a ideia da pouca participação e envolvimento de gestores públicos, ocasionou rupturas e levou os interesses particulares nas escolhes de projetos produtivos.

Os caminhos estão, talvez, em partes já dados, se considerarmos que agora eles devem ser executados. Não tirando da compreensão que haverá novos desafios. É preciso aumentar a participação dos atores sociais dentro dos colegiados territorias, diminuir as fragilidades dos gestores públicos dentro dos territórios, maior monitoramento dos projetos que estão sendo executados. (COREZOLA, 2009)

Os programas territoriais tiveram seu apogeu até meados de 2010 quando iniciou um processo de decaída, por inúmeras falhas, mas, sobretudo, falta de gestão e muitas vezes gestão a nível municipal, onde eram operados os programas. Favereto (2017) em relação aos programas territórios da cidadania:

> Este último alcançou maior repercussão, influenciando inclusive a criação de outras experiências na América Latina. Seu desenho se baseava: na escolha de territórios marcados por baixos indicadores de desenvolvimento humano e predomínio da agricultura familiar; na criação de fóruns locais (os colegiados territoriais), com participação tripartite, envolvendo agricultores, governo e sociedade civil local, onde seriam discutidas e pactuadas prioridades; na elaboração de planos de desenvolvimento territorial, que concretizariam as demandas estratégicas a serem atendidas por políticas públicas; na preparação de uma matriz de investimentos, organizada a partir de programas já existentes e dispersos nos dezenove ministérios que faziam parte da iniciativa, na oferta desta matriz aos territórios, a quem cabia, por médio do colegiado territorial, indicar prioridades aos ministérios. (FAVARETO, 2017, p. 13)

A partir desses arranjos institucionais e após definição dos territórios a prática em si não obteve sucesso, haja vista que, entre caminhos como colocado por Leite *et al* (2008) "é preciso ainda pensar no processo de capacitação dos atores sociais, que efetivamente poderão promover a interlocução com as políticas públicas, para operarem de forma mais efetiva na gestão dos territórios"

Além do processo de capacitação trazido por Leite *et al* (2008) também é necessário que as políticas excluam da sua atuação a forma setorial com qual foi inicialmente trazida, superar o enfoque setorial e viés economicista, trazer para o debate o que Favereto (2016) denota como:

> a) Apesar da retórica territorial, o programa continuou sendo exclusivamente setorial, o que se observa pela prioridade dada à agricultura, tanto na representação dos colegiados como no teor dos investimentos feitos, ou ainda no protagonismo de um ministério claramente setorial – o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
> b) O adjetivo territorial dos planos e programas serviu sobretudo para designar uma abrangência geográfica mais ampla do que um município isoladamente, como era a marca das políticas e programas do período anterior.
> c) Os investimentos demandados e realizados foram sempre fragmentados e buscando atender interesses imediatos do setor priorizado. Os planos, em vez de uma pactuação em torno de caminhos para a transformação territorial, visando à construção de uma transição em direção a outra configuração da economia e das formas de uso dos recursos locais, representavam, na verdade, listas de demandas pontuais;
> d) Houve maior participação social, sobretudo das organizações de agricultores, mas estes espaços não serviram como arenas de negociação de conflitos.

Não se pode considerar a retomada de determinadas políticas sem que haja construção de novos caminhos e novas possibilidades. Após os sucessivos processos de desmonte e extinção de políticas públicas no Brasil recente, como a substituição do Programa de Aquisição de Alimentos por Alimenta Brasil é preciso fixar novas gestões de uma política exitosa.

O PAA reconhecido mundialmente por financiar agricultores familiares com a produção de alimentos livres de agrotóxicos sofreu com o desmonte e sua reestruturação ganha novas formas através de mais investimento trazidos pelo governo Lula em 2023

Os novos caminhos a partir da volta do extinto MDA e com seu reordenamento através de uma gestão integrada possa abranger novas áreas de atuação e que traga para a discussão a importante do fortalecimento institucional, desde a efetivação da gestão municipal, empoderamento dos atores sociais durante a produção, maior participação popular, capacitação técnica e mais assistência técnica.

Para fortalecer os territórios a partir de políticas territoriais é necessário que se coloque no centro do debate por parte dos gestores públicos a importância de estruturar departamentos, secretárias estratégicas e demais elementos que contribua para a aplicação e gestão das políticas. O PRONAT, PTC, e o Territórios Rurais tiverem um amalgamado de descontinuidades que favoreceu a ascensão de poder local em detrimento dos interesses dos atores sociais.

Concordemos com Perin (2021, p.49) quando afirma que apesar das políticas de cunho territorial terem sido criadas não tiveram resultados substanciais o que fez com que a política fosse fragilizada antes mesmo de chegar na base. Sobre o PRONAT pontua “apesar das ações do PRONAT não resultarem em um desenvolvimento propriamente dito, é inegável a importância do programa”

Em 2023 o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar sinalizou que há possibilidade do retorno da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) onde lançou questionário eletrônico a partir da ação da Secretária de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT).

Os novos caminhos estão sendo desenhados e as possiblidades postas através da retomada também de secretárias estratégicas que tiveram papel fundamento ainda em 2003 coloca novamente o olhar para questões de grande relevância para o ordenamento territorial brasileiro e suas implicações para o desenvolvimento social.

Os objetivos do questionário é fazer os levantamentos sobre a atuação dos colegiados territoriais para que possa ser realizado trabalhos que subsidiem a reestruturação da política territorial sustentável.

Novas perspectivas, novos caminhos para as velhas políticas colocam em evidenciar o comprometimento com os sujeitos do campo. Dessa forma, é preciso que a participação popular para construir essas novas narrativas seja, agora, eficiente, para que os desafios enfrentados nas últimas década sejam superados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a realidade local nos faz entender as diferentes dinâmicas adotadas em diferentes territórios. Suas múltiplas formas de existir real e simbolicamente. A trajetória de quem vive cotidianamente o seu mais puro estado de ser.

Através de uma perspectiva na linha territorial, pôde-se feito contrapontos com o caminho puramente desenvolvimentista, que levava em conta aspectos centralizador, hegemônico e economicista.

É justamente nesse reordenamento que essa abordagem, considerando os atores sociais participes na construção das políticas, que o termo desenvolvimento passa a ter um novo olhar, em que se considera como uma política multidimensional: cultural, ambiental, social.

As políticas públicas são forças que quando bem operadas nivelam o alto nível e potência que existe no Brasil, com toda sua diversidade econômica, social, cultural e que traz para discussões atuais o papel da agricultura familiar e sua importância para a sustentabilidade, soberania alimentar e agroecologia.

Apesar de elas serem, por vezes, desarticuladas e sofrerem contínuos processos de desmonte e assoreamento, temos que nos dispor a dialogar com o poder público incansavelmente, bem como criar mecanismos que dialoguem com a realidade de cada localidade, de cada território e propor rearranjos institucionais que operem e dinamizem políticas públicas mais sensíveis.

A política de desenvolvimento territorial, que em sua gênese é fortalecer institucionalmente os atores sociais, torna-se uma política voltada, sobretudo, para o viés econômico o que gera processos de desencontros e descontinuidades o que causa fragilidade dos territórios.

Diante isso, percebemos que o Território Vale do Itapecuru faz parte de uma rede que integra um processo insuficiente de uma política de ordenamento territorial. Através de fragilidades como: embargos da Caixa Econômica Federal, falta de assistência técnica, falta de estrutura adequada, descontinuidade de projetos de infraestrutura. Essa insuficiência ocasiona abandono dos sujeitos do campo.

Mesmo que, para formação da política territorial levava-se em conta os níveis de desenvolvimento humano, números de agricultores, assentados da reforma agrária e

quilombolas, dentre outros, e que, por premissa, iria diminuir a pobreza rural, alavancar as potencialidades do território vimos que isso esteve longe de acontecer.

Houve uma participação limitada dos atores sociais e outro lado, a disputa política por vezes estava acima, como um poder imperialista. Uma espécie de coronelismo bastante presente na política maranhense.

No entanto, o Território da Cidadania exerceu um papel importante na fomentação de projetos produtivos que iam de encontro com as necessidades dos trabalhadores rurais, mesmo com todas as problemáticas já elucidada no decorrer da pesquisa, assim criou-se uma rede de engajamento, mesmo que alguns projetos como os de Miranda do Norte não foram concretizados, já que cresceu o interesse dos agricultores em discutir com suas bases, principalmente associais e sindicatos, sobre o seu papel enquanto agente promotor da sustentabilidade e soberania alimentar.

Repensar o modo como as políticas públicas são executadas torna-se fundamental para que ela tenha êxito. Proporcionar que de fato elas sejam pensadas de cima para baixo, ou seja, que leve em consideração as necessidades individuais dos territórios e não tão somente uma política universal, que o que é para um servirá para os demais.

Os desafios dos trabalhadores de Mirada do Norte são elementos importantes para que se pense em como as organizações comunitárias têm um papel significativo para os processos de resistência no campo e sua luta por melhorias e avanços na política da agricultura familiar.

Os novos arranjos políticos-institucionais postos pós eleição 2022 nos renova as esperanças de uma nova estruturação de políticas rurais, que agora devem priorizar os sujeitos do campo como protagonista e como responsáveis por salvaguardarem o meio ambiente através de uma atuação sustentável.

O governo Lula retorna com o Ministério de Desenvolvimento Territorial com adicional – Ministério de Desenvolvimento Agrário de Agricultura Familiar e inicia em 2023 a retomada de programas estratégicos como a volta do PAA e PNAE.

Espera-se que através de ações estratégicas e de um corpo gestor capacitado para gerirem as pastas do novo MDA, possam considerar, novas formas de se operar a política de desenvolvimento territorial e que assumam compromisso de efetivar as relações sociais dentro do processo de construção de novas políticas.

Há um caminho novo para se fazer através de novas perspectivas de políticas públicas para a zona rural. O comprometimento que o atual governo tem demonstrado e a

sensibilidade de acabar com a fome no Brasil, nos dá esperança de que as políticas efetivas serão tratadas com a competência que é necessária.

Os novos arranjos políticos-institucionais que se apresentaram pós eleição 2022 nos denota as possiblidades para reestruturação de políticas passadas, mas é necessária uma gestão que se comprometa com a realidade do campo e firme dentro dos aspectos de gestão institucional novos paradigmas de atuação do Estado

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília, 2015

BONI, V; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Rev. Eletronica. v.2 n. 1 (3) p. 68-80, 2005. Disponível em:<file:///D:/Backup/Downloads/18027-Texto%20do%20Artigo-56348-1-10-20110215.pdf>. Acessado em: 11 de outubro de 2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Abordagem territorial**, Brasília- DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: CONDRAF, NEAD, 2003 (Textos para Discussão nº 4).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, Brasília- DF, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA**, Brasília- DF, 2023. Disponível em: <Tabela 1612: Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias (ibge.gov.br)>. Acessado em: 25 de abril de 2023

BRASIL. **Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário** 1. Brasília: MDA/CONDRAF. 2008-b

BRASIL. **Programa Desenvolvimento Sustentável de TerritóriosRurais**. Brasília: MDA/SDT. 2008-A

BRITO DE MIRANDA, A.A. **O conceito de Território e as recentes polítas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão**. Revista de Políticas Públicas, vol. 16, núm 1, erno-junio, 2012, pp 123-132. UFMA, São Luís.

CORRÊA, V. P.; MUNIZ, A. P.; FERNANDES, F. F. **Territórios da cidadania da região Nordeste: uma análise preliminar dos municípios componentes**. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009. Anais... Porto Alegre, 2009

COREZOLA, F. *et al.* **Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania.** Rev. Raízes, vol 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009.

CUNHA, L.A.G. **Território, desenvolvimento territorial e o "novo mundo rural"**. Revista Emancipação, Ponta Grossa-PR, 2007, p. 165-176.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2014.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. **Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades**. Brasília: IICA, 2008. Relatório de Pesquisa.

FAVARETO, A. **Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial**. In: Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

FAVARETO, A. **Cambios globales y locales: implicaciones para las dinâmicas del desarrollo territorial**. Conferencia proferida no III Congreso Internacional. Gestión Territorial del Desarrollo Rural, Brasilia 7-10 nov 2016.

FAVARETO, A, LOTTA, G. **Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros.** Programa de Pós-graduação Desenvolvimento Regional: Universidade de Santa Cruz, vol 22. n.3 set-dez, 2017.

FERNANDES, B.M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA, v.1, n. 6, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Revista NERA Año IX Nº 24 - Octubre de 2008. pp. 73-85.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GRISA, C. *et al*. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.** Fundação Heirich Boll, 2022.

PERIN, G. **O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental.** Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, vol 15, nº02/jul-dez 2021, pp.33-55.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas S.A v.6, São Paulo, 200

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização. etc.**., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. ***O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HESPANHOL, R.A. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil Campo-território**. Rev de geografia agrária. v.5. n.10, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964/8247>. Acessado em: 20 de setembro de 2022

IICA. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14)

IACZINSKI SOBRINHO, A. **Elaboração e execução de projetos**. Florianópolis: UFSC/ 2000.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Enciclopédia dos municípios maranhenses: **Microrregião Geográfica do Itapecuru-Mirim.** 2014. Vl 4.

LEITE, S. P.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2008. Relatório de Pesquisa.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014. Disponível em:<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/>. Acessado em: 21 de fevereiro de 2023

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós- -redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 301-325, ISSN 1413-0580.

MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O entroncamento das Políticas Públicas no Maranhão: encontros e desencontros Institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim**. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2010.

_____. **Encontros, desencontros e descontinuidades institucionais: uma análise da Política de desenvolvimento Territorial no Vale do Itapecuru**. Projeto de pesquisa, São Luís, 2016

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento** (Documento de apoio nº 02). Brasília: MDA/SDT, 2005.

MORAES, Antônio Carlos R. (org.) **As leis do crescimento espacial dos Estados** In:. Ratzel. São Paulo, Editora Ática, 1990. p. 175- 192.)

MST. **Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra**. Disponível em <MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia – MST>. Acessado em 20 de Maio de 2023.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco, 1993.

_____. **Analise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Rev. Cienc. Saúde coletiva, v.17, n.3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acessado em: 11 de outubro de 2022

MIRANDA, E. L; FIÚZA, A. L.C. **Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte**. Rev. de Economia e Sociologia Rural, v.55, n.1, p. 123-136, Brasília, 2017.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro ao longo do século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

PAULINO, E.T. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006. 273-428p.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Uma abordagem geográfica das políticas públicas de desenvolvimento rural: o caso do município de Jataí, Goiás.** Goiás: UFG, 2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993).

RAYNAUT, C. **A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais**. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (Org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil Recife: Editora UFPE, 2014. 437p.

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: **concepções de geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ, n.18, 2008. P. 24-42.

SANTOS, T. A *et al*. **O materialismo dialético e a análise de dados quantitativos.** Texto Contexto Enferm, 2018b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v27n4/0104-0707-tce-27-04-e0480017.pdf>. Acessado em: 27 de novembro de 2022

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SILVA, J.B. **Desenvolvimento Territorial: novas perspectivas para o desenvolvimento rural? O território rural do Vale do Itapecuru - Ma**. 141 f. Dissertação – Universidade Federal do Pará-PA, 2010

SODRÉ, R.B, MACIEL, S., JÚNIOR, J.S. **O Emaranhado dos Conflitos de Terra no Campo Maranhense**. In.: Encontro Nacional de Geógrafos, 18. 2016, São Luís. **Anais**... São Luís: ENG, 2016.

SORIANO, Joaquim. **Territórios da Cidadania**. Brasil: Entrevista, 2017. Disponível em <(62) Territórios da Cidadania – YouTube>. Acessado em: 15 de junho de 2023.

STEDILLE, João Pedro. Questão Agrária. In: **Dicionário da Educação do Campo.** CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.).. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular,2012. P. 641- 646.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel**. Gênese da abordagem territorial no Brasil**. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André. (Org.). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil Recife: Editora UFPE, 2014. 437p

ANEXO

BLOCO 02: Questionário para representantes da associação de Pindoval

Nome do entrevistado:

Função na associaçao:

Data da entrevista: _____/_____/_____

Local de aplicação do questionário:

Duração:

1. Qual seu nome. Qual função ocupada na associação.

2. Qual atividade que os associados desenvolvem na comunidade?

   Agricultura ( )
   Pecuária ( )
   Comércio ( )
   Serviço ( )
   Outra ( ) Qual?

3. Há quanto tempo moram na comunidade?
   Entre 1 a 5 anos ( )
   Entre 5 a 10 anos ( )
   Entre 10 a 15 anos ( )
   Mais de 20 anos ( )

4. Qual a condição do produtor em relação à propriedade:

   ( ) Arrendatário
   ( ) Empregado Temporário
   ( ) Empregado Permanente
   ( ) Posseiro
   ( ) Outro

5. Possuem criação animal no estabelecimento? ( ) Sim ( ) Não
   1.1 Qual?
   ( ) Bovinos ( ) Caprinos ( ) Suínos ( ) Ovino ( ) Peixes
   ( ) Aves ( ) Outro, qual?_____

6. Tamanho da área utilizada para a produção _____
   Quais produtos cultiva?

7. Comercializa produtos no município? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais os pontos de comercialização dos produtos?

   ( ) Feiras, quais?

15. Havia outros projetos produtivos programados para execução? Ou em fase de construção? Qual local?

16. No povoado PINDOVAL estava previsto o projeto produtivo Casa de Farinha, contudo ele sequer chegou a ser construído, o máximo feito para o projeto foi a cerca de arame com a delimitação geográfica. Como foi o processo de entre elaborar o projeto naquele povoado, expectativas do STTR para a concretização do mesmo e a decepção de ver um projeto desarticulado, não efetivado? Quais foram as atitudes do STTR perante a esse fato? Houve alguma reinvindicação entre STTR, associações, agricultores e prefeitura/ secretaria de agricultura?

17. O que diz respeito ao projeto produtivo FÁBRICA DE RAÇÃO que foi elaborado a partir do descarte de cascas advindas das produções de milho, arroz, mandioca, produção local desses alimentos, que foi o projeto que mais avançou na época, houve construção física do local, localizado na sede do município, porém por embargos sobretudo da Caixa econômica federal, o projeto precisou ser paralisado. Diante o fato, como foi o processo de resistência dos agricultores que estavam na expectativa da concretização do projeto?

5. Quais as maiores dificuldades que o STTR enfrenta atualmente para reinvindicação de políticas públicas com a prefeitura, governo estadual, federal?

6. Que tipo de ação mais necessária, nesse momento, para que se desenvolva as ações do STTR perante as necessidades dos agricultores (as)

7. Qual a maior necessidade do STTR perante as reinvindicações dos agricultores (as) familiares?

8. Quais as dificuldades enfrentadas para a resistência, no olhar do STTR, com a desarticulação do governo federal desde o golpe de 2016 em que a zona rural foi a mais afetada desde manutenção das políticas públicas a cortes de verbas destinadas as ações em prol do trabalhador rural?

9. É possível identificar um possível êxodo rural de 2016 para cá com a falta de atuação por parte de diferentes órgãos públicos com as reais necessidades do homem/mulher do campo? Como o STTR observa essa leitura

10. Sabe-se que Miranda do Norte está inserida no Território Vale Itapecuru, uma região que unida a outros municípios tinha como um pilar o fortalecimento entre territórios, com aplicação de diferentes ações, como os projetos de infraestrutura que abarcava a Política de Desenvolvimento territorial dessa forma, ao que foi identificado na pesquisa desenvolvida entre 2017/2018 com auxílio deste STTR foi possível observar a total desarticulação e aplicação da mesma para que pudesse auxiliar no fortalecimento econômico dos agricultores e fortalecimento entre os demais municípios, nesse sentido para que possamos atualizar as informações desde a ultima visita. Como estão atualmente estes projetos produtivos que haviam sido aprovados entre colegiados? Eles passaram por alguma tentativa de resistência para que pudessem ser finalizados? Aborde mais sobre os projetos identificados: Casa de Farinha e Fabrica de Ração.

11. Quem esteve a frente da articulação dos projetos produtivos a época de sua concepção inicial? Existe alguém da atual diretoria que estava no início da aplicação da PDT? Quem? Quantos? Funções?

12. Quais as dificuldades que o STTR identifica perante o olhar aos agricultores com a falta de concretização desses projetos?

13. A quem vocês atribuem a falta de articulação para que não fosse finalizadas as obras e toda o processo de gestão e funcionamento dos projetos?

14. Qual leitura que o STTR tem em relação ao processo de criação dos projetos à época? Era uma real necessidade do município esses projetos? Se sim, havia também necessidade paralelas aos projetos produtivos?

Universidade Estadual do Maranhão

Programa de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Discente: Daniela Strasser Santos

Docente orientador: José Sampaio de Mattos Júnior

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AOS REPRESENTANTES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES NO POVOADO PINDOVAL

BLOCO 01: Questionário para presidente ou representante legal do STTR de Miranda do Norte-MA.

Nome do entrevistado:

Função no STTR:

Data da entrevista: _____/_____/_____

Local de aplicação do questionário:

Duração:

1. Qual a principal atuação do STTR atualmente em Miranda do Norte?

2. Quais políticas públicas acessadas pelos agricultores/ trabalhadores rurais atualmente? Ex: PAA, PNAE, Política de Desenvolvimento Territorial, Crédito fundiário.

3. Quais relações atuais que o STTR possui juntamente com outros órgãos. Ex: Secretaria de Agricultura municipal, Prefeitura.

4. Atualmente possui algum projeto produtivo em funcionamento? Ex: Casa de Farinha, Fábrica de Ração.

( ) Atravessador
( ) Mercados
( ) Mercados Institucionais ( ) PAA ( ) PNAE
( ) Cooperativa
( ) Direto ao consumidor na propriedade

8. Em relação as políticas acessadas pela comunidade em relação a incentivos de produção, projetos produtivos, de infraestrutura. Quais projetos que o povoado acessa?

9. Durante a construção de algum projeto que beneficiasse a população local, houve consultas previas para saber as necessidades que a comunidade possuía?

10. Sobre o projeto Casa de Farinha, que não houve sua concretização, quais erma as expectativas dos trabalhadores e agricultores?

11. Com o desmonte de inúmeras políticas públicas, sobretudo no atual governo, quais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para conseguirem manter seu modo de vida

12. Há situações de conflitos agrários ou ambientais nas terras ocupadas pelos agricultores? Se sim. Comente

13. Quais outras atividades que a associação desenvolveu quando noa houve a concretização dos projetos produtivos?

14. Houve algum tipo de mobilização perante a prefeitura/ secretária de agricultura para que os projetos produtivos fossem concretizados?

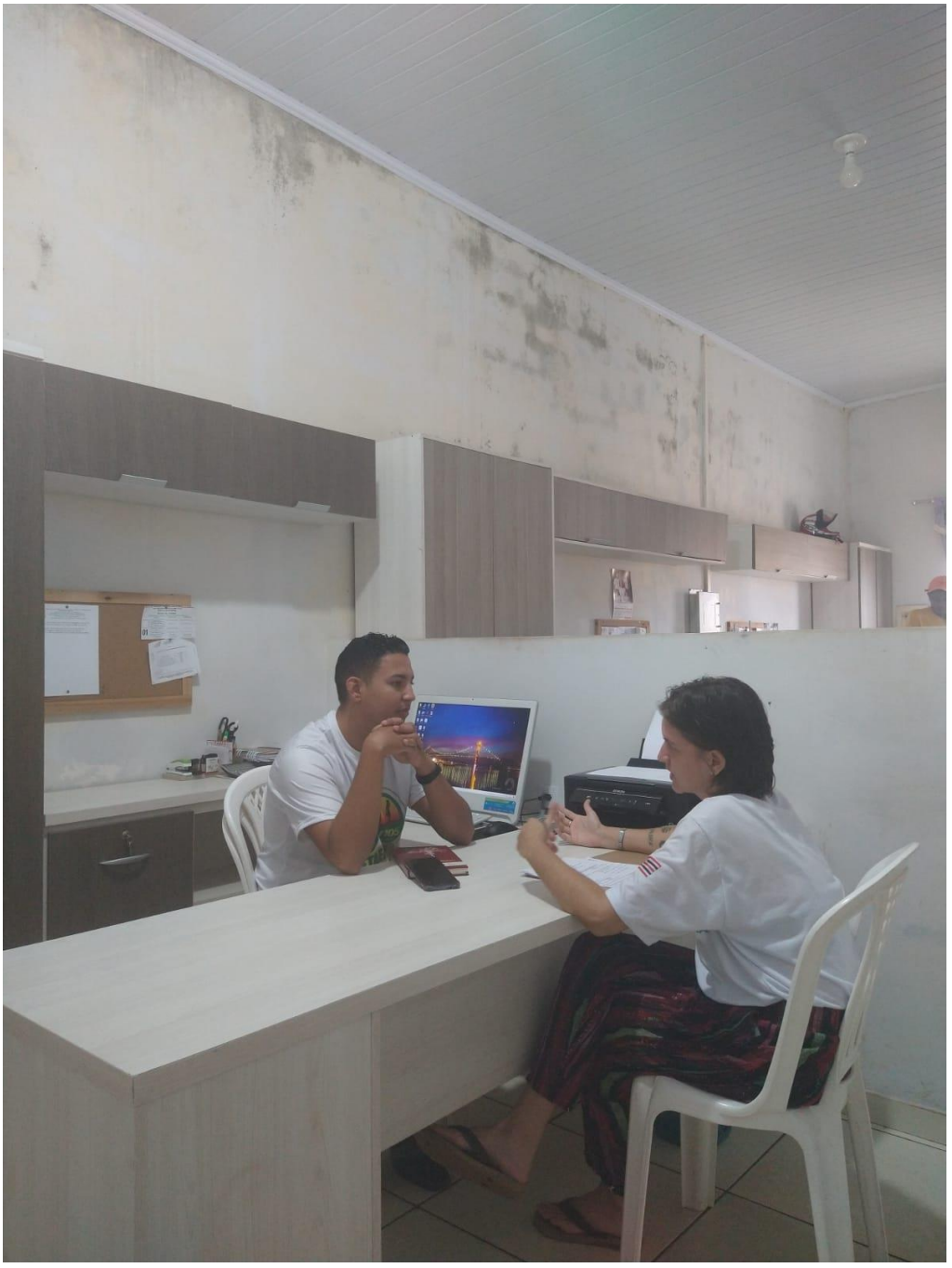
15. Quais as justificativas dadas para que os projetos fossem paralisados?

16. Atualmente opssui alguém na associação que esteve durante a idealização dos projetos produtivos em meados de 2010?

17. Como foi a participação, quais articulações existiram, e quais reinvidicações?

Palavras-chaves: projetos produtivos; políticas públicas; agricultura familiar; Territorio Vale do Itapecuru

APENDICES



Entrevista com Secretario de Meio Ambiente e Juventude do STTR de Miranda do Norte

Entrevista com Dona Luzia de Pindoval na sua residência em Pindoval/MA

Sede do STTR de Miranda do Norte – Local onde foram realizadas as entrevistas com membros do sindicato

Entrevista 1º momento com a presidenta do STTR de Miranda do Norte

Entrevista 2º momento com a presidenta do STTR de Miranda do Norte

Local antigo onde seria a sede da Agroindústria de Farinha -